



Primeiro Semestre 2012

Relatório Consolidado

Portugal Telecom

01	Análise dos resultados consolidados	4
02	Evolução dos negócios	17
	Portugal	17
	Mercado internacional	24
03	Recursos humanos	30
04	Principais eventos	31
05	Principais riscos e incertezas	34
06	Participações qualificadas	41
07	Perspetivas	58
08	Declaração do Conselho de Administração	60
	Demonstrações financeiras consolidadas	63
	Relatório de Auditoria	91
	Glossário	92
	Conselho de Administração	96
	Indicadores-chave	97
	Informação adicional aos acionistas	100

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões de euros)
Residencial		355
Pessoal	> PT Comunicações 100%	340
Empresa	> TMN 100%	452
Outros		211

Telecomunicações no Brasil

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões reais, 100%)
Residencial		4.895
Pessoal	> Oi 25,6%	4.335
Empresa		4.181
Outros		300

Outros negócios de telecomunicações

			Receitas (Milhões de euros)
Unitel 25% (a)(b)	> Angola	> Móvel	728
CTM 28% (b)	> Macau	> Fixo, movel	228
MTC 34% (a)	> Namibia	> Móvel	88
CVT 40% (a)	> Cabo Verde	> Fixo, movel	41
Timor Telecom 41%	> Timor Leste	> Fixo, movel	26
CST 51% (a)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, movel	6

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾		Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12	
Receitas operacionais	3.344,7	2.668,8	25,3%	
Portugal ⁽²⁾	1.358,5	1.442,6	(5,8%)	
Residencial	355,5	339,0	4,9%	
Pessoal	339,7	374,9	(9,4%)	
Empresas	452,3	498,7	(9,3%)	
Serviços a prestadores, outros e eliminações	211,0	230,0	(8,3%)	
Brasil - Oi	1.542,1	832,3	85,3%	
Outros e eliminações	444,2	393,9	12,8%	
Custos operacionais ⁽³⁾	2.203,6	1.669,0	32,0%	
Custos com pessoal	566,2	459,4	23,3%	
Custos diretos dos serviços prestados	560,3	416,9	34,4%	
Custos comerciais	264,8	210,8	25,6%	
Outros custos operacionais	812,3	582,0	39,6%	
EBITDA ⁽⁴⁾	1.141,1	999,8	14,1%	
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	28,8	26,4	9,2%	
Amortizações	683,4	579,4	17,9%	
Resultado operacional ⁽⁵⁾	428,8	394,0	8,8%	
Outros custos (receitas)	(14,2)	12,5	n.s.	
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	0,9	5,6	(84,6%)	
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	2,1	(0,1)	n.s.	
Outros custos (ganhos) líquidos	(17,2)	7,1	n.s.	
Resultado antes de resultados fin. e impostos	443,0	381,5	16,1%	
Custos (ganhos) financeiros	187,5	28,2	n.s.	
Juros suportados (obtidos) líquidos	236,0	81,3	190,4%	
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(95,6)	(122,5)	(22,0%)	
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	47,1	69,5	(32,1%)	
Resultado antes de impostos	255,5	353,2	(27,7%)	
Imposto sobre o rendimento	(88,6)	(96,2)	(7,8%)	
Resultado antes de interesses não controladores	166,9	257,0	(35,1%)	
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(41,6)	(45,0)	(7,5%)	
Resultado líquido consolidado	125,2	212,0	(40,9%)	

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados destas empresas desde 1 de abril de 2011. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. (3) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

01 Análise dos resultados consolidados

Receitas operacionais consolidadas

No 1S12, as **receitas operacionais consolidadas** aumentaram 676 milhões de euros (+25,3% face ao 1S11) para 3.345 milhões de euros, o que compara com 2.669 milhões de euros no 1S11. Este aumento está relacionado com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, já que os resultados destas empresas foram proporcionalmente consolidados a partir de 1 de abril de 2011, parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir desta data, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante de 802 milhões de euros, e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (87 milhões de euros), as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído apenas 1,5% face ao 1S11. Esta diminuição resultou do decréscimo nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (84 milhões de euros) e da menor contribuição da Oi no 2T12 face ao 2T11 (3 milhões de euros), não obstante o crescimento nas receitas dos outros negócios internacionais, nomeadamente da Contax (12 milhões de euros), da MTC na Namíbia (13 milhões de euros), da CVT em Cabo Verde (4 milhões de euros) e da Timor Telecom (4 milhões de euros).

No 1S12, as **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** diminuíram 5,8% face ao 1S11 (84 milhões de euros), devido: (1) ao decréscimo nas receitas do segmento Empresas (46 milhões de euros, -9,3% face ao 1S11), impactadas por pressão ao nível do preço e do consumo quer a nível das PME's como das grandes empresas, corte de custos significativo na administração pública e adiamento de decisões de investimento das grandes empresas, e (2) decréscimo nas receitas do segmento Pessoal (35 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (25 milhões de euros), as quais refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço, menores receitas de interligação (8 milhões de euros) no seguimento da descida regulada das tarifas, que diminuíram para 2,77 cêntimos em 7 de maio de 2012 e para 2,27 cêntimos em 30 de junho de 2012, e menores vendas de equipamentos (3 milhões de euros). O impacto total direto da regulação nas receitas ascendeu a 14 milhões de euros no 1S12, incluindo a diminuição das MTRs e a redução dos preços de roaming. Excluindo o impacto da regulação, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam decrescido 4,8% face ao 1S11. Os efeitos negativos acima referidos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas do segmento Residencial, de 339 milhões de euros no 1S11 para 355 milhões de euros no 1S12 (+4,9% face ao 1S11), com o 2T12 (+5,1% face ao 2T11) a confirmar uma aceleração da tendência quando comparado com os trimestres anteriores (+4,6% no 1T12 face ao 1T11 e +3,9% no 4T11 face ao 4T10). Este sólido crescimento foi impulsionado pelo forte desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição), beneficiando do esforço incansável para transformar a oferta residencial da PT de um legado de voz fixa para uma oferta triple-play, altamente diferenciada e mais competitiva e também mais resiliente face às condições económicas adversas. No 1S12, as receitas não voz em Portugal representaram 50,5% das receitas de serviço, tendo aumentado 4,6pp face ao mesmo período do ano anterior. A transformação do portfólio de produtos e serviços que a PT disponibiliza aos seus clientes e as consequentes alterações no mix de receitas está a tornar o seu desempenho mais resiliente e previsível. As receitas dos outros negócios de telecomunicações em Portugal, incluindo as receitas de oferta grossista (wholesale), diminuíram 8,3% face ao 1S11 (19 milhões de euros), consequência de uma diminuição das receitas de acesso e de tráfego, da diminuição das receitas de postos públicos (1,4 milhões de euros) e de menores receitas no negócio de listas telefónicas (5 milhões de euros). A PT detém uma posição financeira de 25% no negócio de listas telefónicas, o qual é gerido pela Truvo.

No 1S12, as **receitas da Oi** ascenderam a 1.542 milhões de euros (3.723 milhões de reais), o que compara com 832 milhões de euros no 1S11. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (788 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro no 2T12 quando

01 Análise dos resultados consolidados

comparado com o 2T11 (75 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da PT no 1S12 teria diminuído apenas 3 milhões de euros quando comparada com o 1S11. Esta diminuição é explicada por menores receitas de serviço (34 milhões de euros), parcialmente compensadas por um aumento das vendas e das outras receitas operacionais (30 milhões de euros). A diminuição das receitas de serviço é explicada por menores receitas no segmento Residencial, principalmente devido à redução nas receitas de voz fixa, parcialmente compensadas pelo aumento das receitas de mobilidade pessoal, alavancadas no aumento das receitas com mensalidades, sustentadas pelo crescimento de clientes pós-pago, pelo aumento das receitas de tráfego e por um aumento nos serviços de dados e de valor acrescentado. As receitas da Oi foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 12,8% no 1S12 face ao 1S11 para 444 milhões de euros, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (148 milhões de euros), negócio que foi consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11 (134 milhões de euros), negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, as outras receitas teriam aumentado 36 milhões de euros, refletindo: (1) um aumento na Contax no 2T12 quando comparado com o 2T11, explicado pela contribuição da Dedic / GPTI no 2T12, não obstante o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (2) os aumentos de 16,8% e 12,9% no 1S12 face ao 1S11 nas receitas da MTC e da CVT, respetivamente.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 58,6% no 1S12, enquanto o Brasil representou 53,6%.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 535 milhões de euros (+32,0%) para 2.204 milhões de euros no 1S12, face a 1.669 milhões de euros no 1S11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e subsequentemente integrado na Contax em resultado da troca do investimento da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 562 milhões de euros, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 1,8% face ao 1S11 (27 milhões de euros) para 1.509 milhões de euros no 1S12, essencialmente em resultado de: (1) uma redução de 4,7% nos negócios de telecomunicações em Portugal (36 milhões de euros), refletindo uma política de corte de custos e menores custos diretos em resultado da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas e menores custos associados com o negócio de Listas Telefónicas, e (2) uma menor contribuição da Oi no 2T12 em relação ao mesmo período do ano anterior (17 milhões de euros), refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (53 milhões de euros), o qual mais do que compensou os aumentos nos fornecimentos e serviços externos, nos custos com o pessoal e nos custos comerciais. Estas menores contribuições dos negócios de telecomunicações em Portugal e no Brasil mais do que compensaram um aumento nos custos operacionais dos negócios em África, nomeadamente a Cabo Verde Telecom e a MTC, na Namíbia.

01 Análise dos resultados consolidados

Os **custos com pessoal** aumentaram 107 milhões de euros (+23,3%) para 566 milhões de euros no 1S12, face a 459 milhões de euros no 1S11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 84 milhões de euros, os custos com o pessoal teriam aumentado 6,3% (23 milhões de euros) para 378 milhões de euros no 1S12, face ao mesmo período do ano passado, refletindo maiores contribuições da Oi e da Contax no 2T12 face ao 2T11 (19 milhões de euros), em resultado do aumento do número de empregados e de uma reorganização organizacional na Oi e também da contribuição da Dedic/GPTI para os custos com o pessoal da Contax no 2T12, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (17 milhões de euros). As maiores contribuições da Oi e da Contax mais do que compensaram a redução de 4,0% nos negócios de telecomunicações em Portugal, explicada por menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no 4T10. Os custos com pessoal representaram 16,9% das receitas operacionais consolidadas no 1S12.

Os **custos diretos** aumentaram 143 milhões de euros (+34,4%) para 560 milhões de euros no 1S12, face a igual período do ano anterior, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 177 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 8,0% (33 milhões de euros) para 384 milhões de euros no 1S12, face a igual período do ano anterior, essencialmente devido a: (1) uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (12 milhões de euros), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas e por menores custos de interligação de roaming, menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas e com a prestação de serviços de rede às escolas; e (2) uma menor contribuição da Oi no 2T12 em relação ao mesmo período do ano anterior (20 milhões de euros), refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (16 milhões de euros) e também uma redução nos custos de interligação explicada por menores MTRs. Os custos diretos representaram 16,8% das receitas operacionais consolidadas no 1S12.

Os **custos comerciais**, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, aumentaram 54 milhões de euros (+25,6%) para 265 milhões de euros no 1S12, face a igual período do ano anterior, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 39 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam aumentado 7,0% (15 milhões de euros) para 226 milhões de euros no 1S12, face a igual período do ano anterior, devido principalmente a maiores contribuições: (1) da Oi, refletindo aumentos no custo das mercadorias vendidas e nas comissões, explicados por uma atividade comercial mais intensa em 2012, traduzida nomeadamente em maiores vendas, e não obstante o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (6 milhões de euros), e (2) dos negócios em África, refletindo os efeitos decorrentes do aumento da base de clientes em todos os mercados. Os custos comerciais representaram 7,9% das receitas operacionais consolidadas no 1S12.

Os **outros custos operacionais**, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 230 milhões de euros no 1S12 para 812 milhões de euros, face a 582 milhões de euros no 1S11, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 261 milhões de euros, os outros custos operacionais teriam diminuído 5,6% (31 milhões de euros) para 521 milhões de euros no 1S12, face a igual período do ano anterior, basicamente devido a: (1) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em

01 Análise dos resultados consolidados

Portugal (18 milhões de euros), refletindo essencialmente menores despesas com manutenção e reparação, serviços de suporte e outros serviços externos, os quais beneficiaram da implementação da rede FTTH da PT e de um extenso programa de transformação de *field force*, e (2) uma menor contribuição da Oi no 2T12 em relação ao mesmo período do ano anterior (10 milhões de euros), refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (26 milhões de euros), parcialmente compensado por aumentos nos custos com manutenção e reparação, serviços externos e impostos indiretos.

EBITDA

No 1S12, o EBITDA aumentou 141 milhões de euros (+14,1% face ao 1S11) para 1.141 milhões de euros, o que compara com 1.000 milhões de euros no 1S11. Este aumento está relacionado com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destas empresas foram proporcionalmente consolidados a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir dessa data, no seguimento do processo de troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante de 240 milhões de euros, e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (23 milhões de euros), o EBITDA teria decrescido 7,6% no 1S12 face ao 1S11. O desempenho do EBITDA no período foi impactado por: (1) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (48 milhões de euros), em consequência da diminuição das receitas (84 milhões de euros) e não obstante a redução de 4,7% face ao 1S11 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs, a melhoria na margem bruta do segmento Residencial no 1S12 e o contínuo enfoque na redução de custos, e (2) uma menor contribuição da Oi no 2T12 face ao 2T11 (39 milhões de euros), refletindo principalmente a diminuição nas receitas de serviço e um aumento dos serviços de terceiros e dos custos com pessoal, efeitos parcialmente compensados por um aumento nas outras receitas operacionais. As menores contribuições dos negócios de telecomunicações em Portugal e no Brasil foram parcialmente compensadas por uma maior contribuição das outras operações internacionais.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
Portugal	615,1	663,0	(7,2%)
Brasil • Oi	450,4	284,6	58,3%
Outros	75,6	52,2	44,6%
EBITDA	1.141,1	999,8	14,1%
Margem EBITDA (%)	34,1	37,5	(3,3pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 615 milhões de euros no 1S12 (-7,2% face ao 1S11), equivalente a uma margem de 45,3%, em resultado da diminuição das receitas de serviço (84 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional. As receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 72 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 48 milhões de euros, em resultado do foco resiliente em corte de custos e na rentabilidade das operações. Os custos operacionais diminuíram 4,7% face ao 1S11 devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica, o que permite a redução dos custos de programação por cliente (-19% no 1S12 face ao 1S11); (2) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos de manutenção de rede; (3) à simplificação das ofertas comerciais e dos processos de negócio, nomeadamente no segmento Pessoal, e (4) às

01 Análise dos resultados consolidados

medidas adicionais tomadas em antecipação do fraco ambiente macroeconómico, refletindo o enfoque da PT no controlo de custos.

No 1S12, o **EBITDA da Oi** ascendeu a 450 milhões de euros (1.087 milhões de reais), o que compara com a contribuição de 285 milhões de reais para o EBITDA consolidado do 1S11. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (227 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro no 2T12 quando comparado com o 2T11 (22 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o EBITDA consolidado da PT teria diminuído 39 milhões de euros face ao 1S11, refletindo a diminuição das receitas de serviço e o aumento dos custos com serviços de terceiros e dos custos com pessoal, não obstante o aumento nas outras receitas operacionais. O EBITDA da Oi foi proporcionalmente consolidado a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

O **EBITDA dos outros negócios** aumentou 44,6% face ao 1S11, para 76 milhões de euros no 1S12, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (14 milhões de euros), e (2) aos aumentos de 23,3% e 4,3% face ao 1S11 no EBITDA da Timor Telecom e da MTC, respetivamente.

Os ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 49,1% do EBITDA da PT no 1S12. Os negócios no Brasil representaram 41,8% do EBITDA nesse período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 5,9%.

Resultado líquido

Os **custos com benefícios de reforma** aumentaram para 29 milhões de euros no 1S12 face a 26 milhões de euros no 1S11, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (1,5 milhões de euros), que consolidada apenas a partir de 1 de abril de 2011.

As **amortizações e depreciações** aumentaram 17,9% no 1S12 face ao 1S11, para 683 milhões de euros, um aumento de 104 milhões de euros que reflete principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (161 milhões de euros). Excluindo este efeito e a contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, as amortizações e depreciações teriam diminuído 8,5% no 1S12, devido aos menores contributos: (1) dos negócios de telecomunicações em Portugal (16 milhões de euros), e (2) da Oi (39 milhões de euros), incluindo o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (14 milhões de euros).

Os **outros custos (ganhos) líquidos** registaram um ganho de 17 milhões de euros no 1S12, refletindo principalmente a compensação líquida estimada a receber pela PT por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, efeito parcialmente compensado por provisões e ajustamentos não recorrentes reconhecidos no 1S12 para fazer face a certos ativos.

Os **juros líquidos suportados** aumentaram para 236 milhões de euros no 1S12 face a 81 milhões de euros no 1S11, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e das empresas holdings brasileiras no 1T12 (67 milhões de euros), as quais foram proporcionalmente consolidadas a partir de 1 de abril de 2011. Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam ascendido a 170 milhões de euros no 1S12, um aumento de 88 milhões de euros face ao 1S11, em resultado de: (1) juros obtidos no 1T11, no montante de 51 milhões de euros, relativamente aos depósitos em reais que foram utilizados para pagar os investimentos estratégicos na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, e (2) uma maior contribuição decorrente da consolidação

01 Análise dos resultados consolidados

proporcional da Oi no 2T12 face ao 2T11 (27 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média. O aumento da dívida líquida média da Oi é explicado pelo pagamento do dividendo em maio de 2012 e pelos montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012, relativos à conclusão do processo de simplificação societária. O custo médio da dívida líquida dos negócios em Portugal foi de 3,9% no 1S12, o que compara com 3,5% no 1S11.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 96 milhões de euros no 1S12, o que compara com 122 milhões de euros no 1S11. No 1S11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à alienação da participação na UOL, pelo montante total de 156 milhões de euros. Excluindo este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam aumentado de 85 milhões de euros no 1S11 para 96 milhões de euros no 1S12, refletindo principalmente a melhoria nas receitas da Unitel e CTM.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, diminuíram de 69 milhões de euros no 1S11 para 47 milhões de euros no 1S12, refletindo principalmente menores perdas cambiais líquidas no 1S12, devido ao impacto da desvalorização significativa do dólar face ao euro no 1S11 sobre os ativos denominados em dólares. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (15 milhões de euros) foi compensado pelos impostos suportados no Brasil no 1T11 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

O imposto sobre o rendimento diminuiu para 89 milhões de euros no 1S12, face a 96 milhões de euros no 1S11, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 34,7% e 27,2%, respetivamente. Esta redução reflete, principalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, o qual representa um ganho de imposto sobre o rendimento de 13 milhões de euros, e a diminuição dos resultados antes de impostos nos negócios em Portugal.

O lucro atribuível a interesses não controladores ascendeu a 42 milhões de euros no 1S12, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (3 milhões de euros). Excluindo este efeito, os lucros atribuíveis a interesses não controladores teriam ascendido a 39 milhões de euros no 1S12, o que compara com 45 milhões de euros no 1S11, refletindo o menor lucro atribuível a interesses não controladores da Oi no 2T12 face ao 2T11 (7 milhões de euros), em resultado da conclusão do processo de simplificação societária em março de 2012.

O resultado líquido ascendeu a 125 milhões de euros no 1S12, face a 212 milhões de euros no 1S11. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) um ganho de 38 milhões de euros registado no 1T11 relacionado com a conclusão do processo de venda da participação na UOL, e (2) um aumento dos juros suportados relacionado, maioritariamente, com o aumento da dívida líquida média da Oi e com o ganho de 51 milhões de euros de juros obtidos registado no 1T11 relativamente aos depósitos em reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011.

Capex

O capex ascendeu a 522 milhões de euros no 1S12, equivalente a 15,6% das receitas e a um aumento de 104 milhões de euros face a 418 milhões de euros no 1S11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax a partir dessa data. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no

01 Análise dos resultados consolidados

montante de 117 milhões de euros, o capex teria diminuído 3,1% face ao 1S11, para 396 milhões de euros no 1S12, em resultado da redução do capex no negócio de telecomunicações em Portugal (13 milhões de euros), o qual ascendeu a 238 milhões de euros no 1S12, e de uma menor contribuição da Oi no 2T12 face ao 2T11 (20 milhões de euros), a qual reflete essencialmente o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do capex em alguns negócios internacionais, nomeadamente na MTC (14 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados num cabo submarino em África e na rede 4G, e na CVT (6 milhões de euros).

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
Portugal	238,4	250,9	(5,0%)
Brasil • Oi ⁽¹⁾	217,6	116,6	86,6%
Outros	66,1	50,5	31,0%
Capex total	522,1	418,0	24,9%
Capex em % das receitas operacionais (%)	15,6	15,7	(0,1pp)

(1) O capex da Oi exclui a aquisição das licenças 4G no 2T12 pelo valor total de 400 milhões de reais, equivalente a 42 milhões de euros consolidados proporcionalmente pela PT.

No 1S12, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 5,0% face ao 1S11, para 238 milhões de euros, e foi direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra, e 4G / LTE. O desempenho do capex refletiu o forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no 1S11, na implementação da rede FTTH e no reforço das redes de 3G e 3,5G em termos de cobertura e capacidade, o que permitiu agora uma redução do capex, não obstante os investimentos na implementação da rede 4G. A PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a atual rede FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português. Desde abril de 2012, a PT detém um nível de cobertura da rede 4G de 80% e pretende aumentar para 90% no final de 2012. O capex do segmento Residencial continuou a aumentar devido ao aumento no capex de cliente, em resultado do forte crescimento da base de clientes nos últimos trimestres.

No 1S12, o capex da Oi ascendeu a 218 milhões de euros (525 milhões de reais), o que compara com 117 milhões de euros no 1S11. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional no 1T12 (121 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pela desvalorização do real brasileiro face ao euro no 2T12 quando comparado com o 2T11 (12 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o capex consolidado da PT teria apresentado um desempenho relativamente estável quando comparado com o 1S11, não obstante o investimento realizado na expansão da cobertura de banda larga e 3G realizada no 1S12.

No 1S12, o capex dos outros negócios aumentou para 66 milhões de euros, em comparação com 50 milhões de euros no 1S11. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (5 milhões de euros) e pelo capex mais elevado da MTC (14 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados num cabo submarino em África e na rede 4G, e da CVT (6 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo capex da Dedic / GPTI no 1S11 (9 milhões de euros), negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir dessa data.

Cash Flow

O cash flow operacional decresceu para 287 milhões de euros no 1S12 face a 525 milhões de euros no 1S11. Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (34 milhões de euros), o cash flow

01 Análise dos resultados consolidados

operacional consolidado teria ascendido a 253 milhões de euros no 1S12, uma redução de 272 milhões de euros explicada principalmente por uma diminuição no EBITDA menos Capex (78 milhões de euros) e por um significativo aumento do investimento em fundo de maneiio (182 milhões de euros), refletindo a redução não recorrente do ciclo de pagamentos a certos fornecedores realizada no 4T10 e um capex mais elevado no 2T11 face ao 2T12, conduzindo a um menor investimento em fundo de maneiio em 2011. O investimento em fundo de maneiio é normalmente mais elevado no primeiro semestre de cada ano, e consequentemente o cash flow é menor, em resultado do pagamento do capex realizado no último trimestre do ano anterior e de pagamentos anuais das taxas de manutenção FISTEL e das prestações devidas à Anatel pela aquisição de licenças e concessões, efetuados em março e abril pela Oi, respetivamente.

Free cash flow ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
EBITDA menos Capex	618,9	581,8	6,4%
Itens não monetários ⁽²⁾	79,2	54,2	46,2%
Variação do fundo de maneiio	(411,4)	(111,2)	270,1%
Cash flow operacional	286,8	524,8	(45,4%)
Juros	(278,5)	(151,7)	83,5%
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	(21,1)	(9,2)	130,2%
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(71,2)	(81,4)	(12,5%)
Impostos sobre o rendimento	(75,6)	(78,6)	(3,9%)
Dividendos recebidos	25,5	146,8	(82,6%)
Alienações (aquisições) de invest. financeiros, líquidas ⁽³⁾	0,0	111,5	n.s.
Outros movimentos ⁽⁴⁾	(224,6)	(145,4)	54,5%
Free cash flow	(358,7)	316,8	n.s.

(1) O free cash flow exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos estratégicos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11). (2) O aumento nesta rubrica é explicado principalmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12. (3) Esta rubrica inclui à alienação da participação na UOL no 1T11, no montante de 155,5 milhões de euros, parcialmente compensada pela aquisição de um investimento na Allus no 2T11, pelo montante de 44 milhões de euros. (4) O aumento nesta rubrica reflete, principalmente, os pagamentos de determinadas ações judiciais da Oi e Contax no 1T12, parcialmente compensados por impostos financeiros incorridos no 1T11 relacionados com o investimento estratégico na Oi.

O free cash flow foi negativo em 359 milhões de euros no 1S12, o que compara com 317 milhões de euros no 1S11, ajustados pelos pagamentos relativos à aquisição dos investimentos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros). Esta redução é explicada, principalmente, por: (1) um menor cash flow operacional (238 milhões de euros), tal como referido acima; (2) um recebimento de 156 milhões de euros no 1S11 relativo à alienação da participação na UOL; (3) dividendos recebidos da Unitel no 1S11 (126 milhões de euros) relativos aos resultados de 2009; (4) um aumento dos pagamentos relacionados com ações judiciais (75 milhões de euros), relativos principalmente à consolidação proporcional da Oi, e (5) um aumento de 127 milhões de euros nos juros pagos, refletindo uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (23 milhões de euros), incluindo o impacto da consolidação proporcional no 1T12 (10 milhões de euros), e um aumento nas operações em Portugal relacionado, principalmente, com os juros recebidos no 1T11 relativos aos depósitos bancários em reais brasileiros utilizados para o pagamento dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela aquisição de um investimento na Allus realizada pela Contax em abril de 2011 (44 milhões de euros).

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores e ajustada pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões para o Estado Português, ascendeu a 4.700 milhões de euros em 30 de junho de 2012. A dívida líquida consolidada ascendeu a 7.872 milhões de euros em 30 de junho de 2012, o que compara com 6.613 milhões de euros em 31 de dezembro

01 Análise dos resultados consolidados

de 2011, um aumento de 1.259 milhões de euros que reflete: (1) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (líquidos das 20,64 milhões de ações próprias que a PT detém e da participação da PT nas suas ações detidas pela Oi), relativos ao dividendo de 65 cêntimos de euro referente ao ano fiscal de 2011, e pelas suas subsidiárias a acionistas não controladores; (2) o free cash flow negativo gerado no período; (3) os montantes pagos pela Oi aos acionistas não controladores relacionados com a conclusão do processo de simplificação societária; (4) o pagamento efetuado pela TMN, em janeiro de 2012, respeitante à licença LTE, e (5) a aquisição pela Oi de ações próprias da PT. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	1S12	1S11
Dívida líquida (balanço inicial)	6.612,8	2.099,8
Free cash flow (a subtrair)	(358,7)	316,8
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	0,0	3.727,6
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	(137,2)	58,1
Dividendos pagos pela PT	556,7	1.117,7
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	0,0	2.052,5
Simplificação societária da Oi	296,1	0,0
Aquisição de ações próprias	25,6	86,8
Outros ⁽¹⁾	158,9	49,1
Dívida líquida (balanço final)	7.871,7	8.874,9
A receber da Telefónica (a subtrair)	0,0	2.000,0
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	226,1	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	7.645,6	6.648,8
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.945,5	2.379,8
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.700,2	4.269,0
Variação da dívida líquida	1.258,8	6.775,1
Variação da dívida líquida (%)	19,0%	322,7%

(1) No 1S12, esta rubrica inclui o pagamento relativo à licença LTE. (2) Efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de euros relacionados com a contribuição de 2011, os quais foram contabilizados como prejuízos fiscais reportáveis.

Em 30 de junho de 2012, a dívida bruta consolidada ascendia a 10.790 milhões de euros, dos quais 76,4% era de médio e longo prazo e 3.787 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo o Brasil, a dívida bruta ascendeu a 7.003 milhões de euros, dos quais 69,2% era de médio e longo prazo e 77,3% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de caixa e equivalentes acrescido dos 400 milhões de euros provenientes das obrigações emitidas em julho de 2012 e do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito disponíveis com tomada firme, totalizou 3.016 milhões de euros no final de junho de 2012, dos quais 540 milhões de euros correspondem a linhas de papel comercial e linhas de crédito não utilizadas. No 1S12, a PT lançou uma oferta pública de subscrição de obrigações para o mercado português denominada "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016". As obrigações têm um prazo de quatro anos, vencendo juros a uma taxa fixa anual de 6,25% (Taxa Anual Nominal Bruta), pagos semestralmente. O montante inicial da oferta, de 250 milhões de euros, foi aumentado para 400 milhões de euros durante o período da oferta. As obrigações foram emitidas em 26 de julho de 2012. No fim de junho de 2012, a PT também renegociou a sua mais relevante linha de crédito, tendo alargado a sua maturidade de março de 2014 para julho de 2016. Esta linha de crédito é agora de 800 milhões de euros. Estas operações fazem parte da estratégia financeira da PT de aumentar as maturidades da

01 Análise dos resultados consolidados

sua dívida e de diversificar as suas fontes de financiamento para continuar a reduzir os riscos de financiamento. A PT está refinanciada até junho de 2016, usufruindo de uma posição financeira muito sólida.

No 1S12, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 3,9%, o que compara com 3,5% no 1S11, ajustado pelo ganho de 51 milhões de euros registado com os depósitos bancários relacionados com o investimento estratégico na Oi. O custo da dívida bruta foi de 4,3% no 1S12, mantendo-se estável face ao 1S11 e a 2011. Em 30 de junho de 2012, a dívida líquida da PT, incluindo a Oi e Contax, tinha uma maturidade de 5,3 anos.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 30 de junho de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 473 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 357 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 760 milhões de euros em 30 de junho de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 876 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 657 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi nos montantes de 51 milhões de euros em 30 de junho de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	30 Junho 2012	31 Dezembro 2011
Responsabilidades com pensões	119,7	121,6
Responsabilidades com cuidados de saúde	352,9	352,6
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	472,6	474,1
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(356,5)	(344,7)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	116,1	129,4
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	760,1	782,5
Responsabilidades não financiadas brutas	876,2	911,9
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	657,1	683,9
Responsabilidades não financiadas brutas da Oi	50,6	61,7
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	16,0	16,8
Provisão para benefícios de reforma	942,8	990,4

(1) O aumento no valor de mercado dos fundos resultou principalmente do desempenho positivo dos ativos sob gestão no montante de 29,2 milhões de euros (equivalente a uma taxa de rentabilidade positiva de 8,5% no 1S12) que mais do que compensou os pagamentos de complementos de pensões no montante de 4,1 milhões de euros e o reembolso de despesas de saúde (14,4 milhões de euros).

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 36 milhões de euros no 1S12 para 876 milhões de euros em 30 de junho de 2012, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 71 milhões de euros, parcialmente compensados pelo reconhecimento dos custos totais com benefícios de reforma e das perdas atuariais líquidas nos montantes de 15 milhões de euros e 16 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades não financiadas brutas da Oi decresceram de 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011

01 Análise dos resultados consolidados

para 51 milhões de euros em 30 de junho de 2012, refletindo principalmente contribuições de 10 milhões de euros, realizadas em janeiro de 2012, para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	Milhões de euros	
	1S12	1S11
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	973,7	948,6
Alteração do perímetro de consolidação	0,0	52,5
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽¹⁾	18,1	16,8
Custos com o programa de redução de efectivos	0,9	5,6
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽²⁾	(6,9)	0,5
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(71,2)	(81,4)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	15,6	0,8
Ajustamentos de conversão cambial	(3,4)	1,1
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	926,8	944,4

⁽¹⁾ Nos 1S12 e 1S11, esta rubrica exclui os custos com o serviço anual dos empregados no ativo cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português, nos montantes de 11,4 milhões de euros e 10,4 milhões de euros, respetivamente. ⁽²⁾ No 1S12, esta rubrica inclui essencialmente contribuições para os fundos de pensões realizadas pela Oi (10,4 milhões de euros) e reembolsos líquidos de despesas de saúde pagas relativamente aos planos de saúde das operações em Portugal (5,0 milhões de euros). No 1S11, esta rubrica inclui reembolsos líquidos de despesas de saúde no valor de 2,5 milhões de euros.

Os custos com benefícios de reforma aumentaram para 29 milhões de euros no 1S12, face a 26 milhões de euros no 1S11, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (1 milhão de euros), empresa consolidada proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, e um aumento do custo com o serviço anual relativo a empregados ativos e suspensos que tinham direito a pensões englobadas nos planos de pensões da PT que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010 (1 milhão de euros). As perdas atuariais líquidas, referentes às operações em Portugal, ascenderam a 16 milhões de euros no 1S12 e a 1 milhão de euros no 1S11. No 1S12, as perdas atuariais líquidas incluem: (1) uma perda de 35 milhões de euros relativa ao impacto estimado com a adoção da Lei 85-A/2012, que suspendeu o regime de reforma antecipada durante o programa de assistência financeira a Portugal, resultando em pagamentos mais elevados de salários a pré-reformados e a empregados suspensos até à idade da reforma, e (2) um ganho de 19 milhões de euros correspondente à diferença entre a taxa de rentabilidade real (+8,5%) e a estimada (+3,0%) dos ativos dos planos de pensões. As perdas atuariais líquidas registadas no 1S11 incluem: (1) um ganho de 36 milhões de euros correspondente ao impacto da revisão da taxa de desconto atuarial, que aumentou de 4,75% para 5,50% no caso das responsabilidades com cuidados de saúde e de 4,75% para 5,00% no caso das responsabilidades com complementos de pensões, e (2) uma perda de 37 milhões de euros correspondente à diferença entre a taxa de rentabilidade real (-5,5%) e a estimada (+3,0%) dos ativos dos planos de pensões.

Capital próprio

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)	Milhões de euros
	1S12
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.828,1
Resultado líquido	125,2
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(206,3)
Dividendos pagos pela PT	(371,9)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(11,7)
Outros ⁽¹⁾	41,5
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.404,9
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores	(423,2)
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(15,0%)

⁽¹⁾ Esta rubrica inclui principalmente um ganho registado diretamente no capital próprio em resultado da simplificação societária do grupo Oi

01 Análise dos resultados consolidados

Em 30 de junho de 2012, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.405 milhões de euros, uma diminuição de 423 milhões de euros no 1S12. Esta diminuição é explicada principalmente: (1) pelo dividendo de 43,5 cêntimos por ação pago em maio de 2012 (372 milhões de euros), correspondente à segunda parcela do dividendo fiscal de 2011 (65 cêntimos por ação), no seguimento do pagamento do dividendo interino de 21,5 cêntimos por ação pago em janeiro de 2012; (2) pelos ajustamentos de conversão cambial negativos registados no período (206 milhões de euros), relacionados principalmente com a desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (3) por perdas actuariais líquidas reconhecidas no período (12 milhões de euros, líquido do efeito fiscal). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado líquido gerado no período de 125 milhões de euros e pelo ganho registado diretamente no capital próprio decorrente da simplificação societária do Grupo Oi.

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo decresceu de 23,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 19,9 mil milhões de euros em 30 de junho de 2012, respetivamente, refletindo principalmente: (1) o reembolso do Eurobond de 1,3 mil milhões de euros emitido em março de 2005; (2) o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (0,7 mil milhões de euros); (3) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (0,6 mil milhões de euros), correspondente ao dividendo de 65 cêntimos por ação relativo ao ano fiscal de 2011, e (4) o montante pago pela Oi aos interesses não controladores decorrente da simplificação societária do Grupo Oi (0,3 mil milhões de euros). O total do passivo diminuiu de 19,4 mil milhões de euros para 17,0 mil milhões de euros, refletindo principalmente o reembolso do Eurobond de março de 2005 (1,3 mil milhões de euros) e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (0,5 mil milhões de euros).

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	30 Junho 2012	31 Dezembro 2011 reexpresso
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.918,1	5.668,1
Contas a receber	1.881,7	1.936,3
Existências	152,0	133,5
Depósitos judiciais	1.162,1	1.084,1
Investimentos financeiros	641,5	556,3
Ativos intangíveis	5.299,4	5.629,8
Ativos tangíveis	6.004,2	6.228,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	13,6	13,6
Outros ativos	483,7	579,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.387,8	1.346,5
Total do ativo	19.944,1	23.176,4
Contas a pagar	1.169,8	1.446,2
Dívida bruta	10.789,8	12.281,0
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	956,3	1.004,1
Outros passivos	2.786,0	3.337,9
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.269,4	1.365,1
Total do passivo	16.971,4	19.434,2
Capital, excluindo interesses não controladores	2.404,9	2.828,1
Interesses não controladores	567,8	914,1
Total do capital próprio	2.972,7	3.742,2
Total do capital próprio e do passivo	19.944,1	23.176,4

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

No 1S12, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento sustentado da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 6,7% face ao 1S11 para 4.940 mil (com adições líquidas de 145 mil) e os clientes móveis a aumentarem 0,6% face ao 1S11 para 7.380 mil (63 mil desligamentos líquidos, com os clientes pós-pagos a atingir 79 mil adições líquidas).

Dados operacionais - Portugal

	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	4.940	4.632	6,7%
PSTN/RDIS	2.615	2.672	(2,2%)
Clientes de banda larga	1.169	1.040	12,3%
Clientes de TV	1.157	919	25,8%
Clientes móveis ('000)	7.380	7.334	0,6%
Pós-pagos	2.456	2.318	6,0%
Pré-pagos	4.924	5.016	(1,8%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	145	105	37,7%
PSTN/RDIS	(33)	(23)	(43,0%)
Clientes de banda larga	63	39	62,6%
Clientes de TV	115	89	28,2%
Clientes móveis ('000)	(63)	(85)	25,7%
Pós-pagos	79	28	186,0%
Pré-pagos	(142)	(113)	(25,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	31,6	27,3	4,2pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT, cujo sucesso é alcançado através de uma proposta de valor diferenciada, sustentada num serviço de TV por subscrição não linear que oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos.

No 1S12, a base de clientes de TV por subscrição apresentou um crescimento de 25,8% face ao 1S11 para 1.157 mil, um forte desempenho que resultou em 115 mil adições líquidas no 1S12 (+28,2% face ao 1S11). Este crescimento sólido da base de clientes confirma, claramente, o contínuo sucesso e atratividade do Meo no mercado português. Esta forte performance da televisão por subscrição impulsionou o sólido crescimento dos clientes de banda larga, os quais aumentaram 12,3% face ao 1S11 para 1.169 mil (63 mil adições líquidas no 1S12). Os clientes de triple-play da PT (voz, banda larga e televisão por subscrição) aumentaram 31,0% face ao 1S11, atingindo os 766 mil no 1S12 (86 mil adições líquidas), permitindo reforçar a liderança do triple-play da PT e do Meo.

02 Análise operacional

Os clientes móveis beneficiaram de um desempenho sólido dos clientes pós-pagos, que aumentaram 6,0% face ao 1S11 (adições líquidas de 79 mil no 1S12), beneficiando do crescimento dos planos tarifários "unlimited". Os planos tarifários "e nunca mais acaba", que atingiram os 954 mil clientes no 1S12, assim como os clientes de banda larga móvel, continuaram a apresentar tendências de crescimento sólidas.

Residencial

No 1S12, os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita (RGUs) de retalho do segmento Residencial aumentaram 9,9% face ao 1S11, atingindo 3.714 mil, com os acessos de televisão por subscrição e banda larga a representarem 55% do total de acessos de retalho em 30 de junho de 2012. No 1S12, as adições líquidas de retalho atingiram 157 mil clientes, em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que contribuiu com 104 mil adições líquidas, elevando os clientes residenciais de TV por subscrição para 1.076 mil (um aumento de 25,5% face ao 1S11). No semestre, as adições líquidas de banda larga fixa ascenderam a 55 mil, com a base de clientes residenciais de banda larga a aumentar 13,7% face ao 1S11 para 966 mil. As linhas geradoras de tráfego residenciais ascenderam a 1.672 mil linhas, mantendo-se estáveis no 1S12, resultado do impacto positivo da oferta de triple-play, não obstante as ofertas comerciais agressivas por parte do principal concorrente. No 1S12, o segmento Residencial continuou a registar um aumento dos clientes únicos, tendo atingido 1.863 mil (+0,6% face ao 1S11). As unidades geradoras de receita (RGUs) residenciais por cliente único foram de 2,0, um aumento de 9,3% face ao 1S11, refletindo o contínuo sucesso da oferta triple-play do Meo. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 3,2% face ao 1S11 para 31,6 euros. Este desempenho é ainda mais notável tendo em consideração que foi atingido num contexto de: (1) ambiente económico desafiante, que leva a alguma pressão sobre os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais premium e temáticos, vídeo on demand e outros serviços de valor acrescentado, e (2) postura comercial agressiva por parte de determinados operadores ao nível das promoções de voz e ofertas para o segmento de baixo valor.

Dados operacionais - Segmento Residencial

	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.714	3.378	9,9%
PSTN/RDIS	1.672	1.671	0,1%
Clientes de banda larga	966	849	13,7%
Clientes de TV	1.076	858	25,5%
Clientes únicos	1.863	1.853	0,6%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	157	121	29,3%
PSTN/RDIS	(2)	(2)	2,4%
Clientes de banda larga	55	40	36,3%
Clientes de TV	104	83	25,1%
ARPU (euros)	31,6	30,6	3,2%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	62,9	57,5	5,4pp

O sólido crescimento dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do Meo, o serviço inovador de TV por subscrição da PT que já se transformou numa experiência multiscreen única, com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs. O Meo apresenta uma proposta de conteúdos diferenciadora, com mais de 150 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D, milhares

02 Análise operacional

de filmes VoD e interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado). O Meo também oferece aplicações interativas avançadas e customizadas, através de múltiplos widgets disponíveis através do "botão azul" do controle remoto do Meo e que abrangem áreas tais como: (1) Notícias, incluindo uma aplicação de notícias personalizada, desenvolvida em parceria com a RTP, e a aplicação Sapo Kiosk, com as capas diárias de todos os jornais e revistas locais e vários internacionais; (2) Desportos, incluindo uma aplicação de futebol, uma de surf e aplicações de canais específicos, tais como a aplicação do canal BenficaTV e a aplicação do canal SportTV; (3) Música, incluindo o MusicBox, um serviço de música multiscreen, uma aplicação de rádio, Meo Radios, e uma aplicação de karaoke, Meo Karaoke, que permite aos clientes Meo inscrever e cantar um alargado catálogo de músicas locais e internacionais; (4) Crianças, incluindo um portal infantil que abrange todas as idades e onde as crianças podem aceder a canais, conteúdos video on demand, clips de música, karaoke, jogos e conteúdos educacionais customizados; (5) Serviços de Conveniência, incluindo aplicações para meteorologia, trânsito, farmácias e outros, e (6) Conteúdo Pessoal, incluindo uma aplicação de arquivo online de fotos.

O Meo continuou a inovar ao lançar a aplicação Sapo Voucher, a primeira aplicação de televisão interativa que permite a realização de transações financeiras e interação com anúncios televisivos. O Meo lançou também o Twitter na televisão, acessível através do "botão azul" do controlo remoto do Meo, permitindo aos seus clientes aceder gratuitamente à sua conta enquanto veem televisão.

Inserida na estratégia de clara diferenciação de conteúdos através da interatividade que o Meo tem desenvolvido, foi lançada uma nova aplicação interativa com conteúdos alusivos a uma das séries juvenis mais vista da televisão portuguesa, "Morangos com Açúcar", em parceria com a TVI. A nova aplicação interativa oferece aos fãs da série e clientes Meo o acesso a serviços e conteúdos exclusivos, entre os quais a possibilidade de compra de episódios em antestreia por 0,90 euros. Em julho de 2012, o Meo anunciou a transformação do canal de notícias de televisão por subscrição mais visto em Portugal, SIC Notícias. Em resultado de uma forte parceria tecnológica e de conteúdos entre a PT e a Impresa (um grande grupo de media português, que detém várias publicações de imprensa e a SIC, canal aberto, assim como vários canais SIC pagos), o Meo vai lançar no 4T12 o canal SIC Notícias reformulado, relançando-o como um canal totalmente interativo, em exclusivo para os clientes Meo. Estas aplicações serão disponibilizadas em múltiplos ecrãs, incluindo televisão, computador, tablet e smartphone.

O Meo anunciou também três novos canais exclusivos a serem adicionados à sua grelha: (1) "Correio da Manhã TV", em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluindo o jornal mais lido no país, o "Correio da Manhã"; (2) "A Bola TV", um canal de informação desportiva diversificada com conteúdos interativos e multiscreen, alavancado na marca de um conhecido jornal desportivo, e (3) "TVI Ficção", um canal de entretenimento produzido pela TVI, com ficção nacional produzida pelo já reconhecido estúdio de produção da TVI.

As receitas operacionais do segmento Residencial atingiram 355 milhões de euros no 1S12, um aumento de 4,9% face ao 1S11, mostrando uma aceleração trimestral (+5,1% no 2T12 face ao 2T11,+4,6% no 1T12 face ao 1T11 face ao 1T11 e +3,9% no 4T11 face ao 4T10). Este desempenho notável foi alcançado num contexto de claro sucesso comercial da oferta triple-play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição) e beneficiou do esforço incansável para transformar a oferta residencial da PT de um legado de voz fixa para uma oferta triple-play, mais competitiva e resiliente face a condições económicas menos favoráveis. Em resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz

02 Análise operacional

no segmento Residencial atingiu 62,9% das receitas no 1S12 (+5,4pp face ao 1S11) e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 86,7% (+1,9pp face ao 1S11).

Pessoal

No 1S12, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e banda larga, diminuiu 1,1% face ao 1S11 (135 mil desligamentos líquidos no período), com o aumento dos clientes pós-pagos (+3,1% face ao 1S11) a não compensar a diminuição dos clientes pré-pagos (-2,0% face ao 1S11). A TMN continuou a apresentar um sólido desempenho nos clientes pós-pagos, sustentado no sucesso comercial dos planos tarifários "Unlimited" e no contínuo aumento da base de clientes de banda larga móvel. O sólido desempenho dos planos tarifários "e nunca mais acaba" beneficiou a performance dos clientes pré-pagos. Os planos de tarifa plana representavam 21,4% da base de clientes móveis do segmento Pessoal no fim de junho de 2012, um aumento de 4,1pp face ao 1S11.

Dados operacionais - Segmento Pessoal			
	1S12	1S11	Δ11/12
Clientes móveis ('000)	5.797	5.860	(1,1%)
Pós-pagos	1.073	1.040	3,1%
Pré-pagos	4.724	4.820	(2,0%)
Adições líquidas ('000)	(135)	(103)	(30,9%)
Pós-pagos	9	19	(50,9%)
Pré-pagos	(144)	(122)	(18,2%)
MOU (minutos)	92	87	6,5%
ARPU (euros)	8,7	9,6	(8,9%)
Cliente	8,0	8,6	(7,2%)
Interligação	0,8	1,0	(22,9%)
SARC (euros)	28,5	26,9	6,0%
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,9	31,1	1,8pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportada por uma rede de elevada qualidade que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para ir de encontro à necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados desenhados para integrar um serviço de voz ilimitado e planos de dados direcionados aos segmentos pós-pagos de maior valor e, no segmento pré-pago, para prevenir a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de smartphones distinta, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em Mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais, etc), e (3) ofertas de banda larga competitivas de até 100Mbps de velocidade, em 4G, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado.

Em março de 2012, a PT anunciou a sua estratégia de 4G com o lançamento de uma oferta de banda larga móvel que altera estruturalmente o mercado, na medida em que: (1) permite velocidades até 100Mbps; (2) inclui o acesso a canais de televisão em direto, através do Meo Go, e ao serviço de música, através do MusicBox, e (3) permite a partilha de tráfego entre vários dispositivos, incluindo o computador, através de uma placa móvel, o tablet e o

02 Análise operacional

smartphone. À data de lançamento, o serviço 4G da PT estava disponível para 20% da população portuguesa. Esta cobertura foi alargada para 80% da população em abril de 2012, quando o espectro de 800MHz foi disponibilizado, e será alargada novamente para 90% da população até ao final de 2012. A PT está a comercializar os seus serviços de banda larga móvel 4G através das marcas TMN 4G e Meo 4G, com o objetivo de alavancar nos vários atributos e pontos fortes de cada marca. As ofertas comerciais têm velocidades de 50Mbps a 100Mbps e preços de retalho mensais que começam em 49,99 euros, com um desconto de 50% por um período de 24 meses para os primeiros clientes, e incluem o serviço MusicBox gratuito. Os clientes da TMN 4G e Meo 4G que também sejam clientes Meo têm acesso gratuito a 50 canais de televisão em direto através do serviço Meo Go. De outra forma, o serviço Meo Go tem um preço mensal de 7,99 euros.

No 1S12, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 8,0% face ao 1S11 para 281 milhões de euros, apresentando um desempenho trimestral relativamente estável (-8,0% no 2T12, -8,1% no 1T12; -7,7% no 4T11; -6,8% no 3T11 e -8,9% no 2T11). Este desempenho foi penalizado pelas condições económicas, traduzindo-se num menor nível de confiança dos consumidores e numa agressividade contínua ao nível dos preços, tanto em voz como em banda larga móvel. As receitas de cliente refletem também uma quebra proveniente dos serviços de banda larga móvel, num cenário de alta popularidade da banda larga fixa e de concorrência nos preços, não obstante o crescimento das receitas de "internetnotemóvel", especialmente nos serviços prépagos. As receitas de serviço no segmento Pessoal diminuíram 9,6% no 1S12 face ao 1S11, em resultado da diminuição das receitas de interligação (-23,6% no 1S12 face ao 1S11, para 27 milhões de euros), refletindo a diminuição das MTRs, que diminuíram para 2,77 cêntimos em 7 de maio de 2012 e para 2,27 cêntimos em 30 de junho de 2012. O ARPU do segmento Pessoal foi de 8,7 euros (-8,9% face ao 1S11). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 32,9% no 1S12 (+1,8pp face ao 1S11), refletindo o sólido desempenho dos serviços de internet móvel "internetnotemóvel", que continuam a mostrar um forte crescimento, aproveitando a popularidade dos planos tarifários "unlimited" e "e nunca mais acaba" e alavancados na maior penetração de smartphones. O crescimento do "internetnotemóvel" é parcialmente compensado pela pressão sobre as receitas de banda larga móvel. Nos últimos trimestres, a tendência das receitas do segmento Pessoal melhorou sequencialmente (-9,0% no 2T12 face ao 2T11, -9,8% no 1T12 face ao 1T11, -10,7% no 4T11 face ao 4T10 e -10,8% no 3T11 face ao 3T10).

Empresas

O segmento Empresas inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para mais do que a conectividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC, sustentadas em soluções avançadas para empresas e investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e virtualização.

A proposta de valor para os clientes de grandes empresas está sustentada nos seguintes pilares: (1) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais através do up-selling de serviços adicionais, incluindo serviços convergentes fixo-móvel de fibra, de forma a agregar serviços VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; (2) transformação das TI, acelerada pelo cloud computing, onde a PT pretende alavancar nas parcerias com fornecedores líderes nas suas áreas de forma a permitir o processo de transformação do negócio e reduções significativas de custos para os clientes empresariais; (3) alavancar na especialização de forma a obter economias de escala, incluindo o enfoque no outsourcing e no BPO para melhorar a produtividade, e (4) introduzir uma

02 Análise operacional

abordagem de consultoria de negócio de forma a alargar os serviços prestados a empresas para serviços de vídeo, multiscreen e serviços convergentes muito diferenciadores.

No segmento das pequenas e médias empresas, a PT pretende integrar as suas ofertas de serviços, incluindo ofertas de voz e dados, fixos e móveis, com acesso a equipamentos subsidiados (PCs, PBX, smartphones e tablets), enquanto ao mesmo tempo pretende disponibilizar soluções verticais para setores específicos (ex: restaurantes e pastelarias, retalho, saúde). Neste segmento, a principal prioridade estratégica em 2011 foi aumentar a proatividade comercial, com enfoque no crescimento dos produtos core.

Durante o 1S12, a PT continuou a investir significativamente na sua oferta de cloud computing, quer para grandes empresas como para pequenas e médias, tendo agora disponíveis ofertas estruturadas, SmartcloudPT, que incluem infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e software como serviço (SaaS).

Dados operacionais - Segmento Empresas			
	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.033	1.102	(6,2%)
PSTN/RDIS	754	853	(11,6%)
Clientes de banda larga	201	189	6,4%
Clientes de TV	79	60	31,1%
RGU de retalho por acesso	1,37	1,29	6,1%
Clientes móveis ('000)	1.521	1.407	8,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(54)	(15)	(262,2%)
PSTN/RDIS	(73)	(20)	(270,6%)
Clientes de banda larga	8	(2)	n.s.
Clientes de TV	11	6	69,1%
Clientes móveis ('000)	75	18	n.s.
ARPU (euros)	24,4	26,6	(8,5%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	48,0	46,0	2,0pp

No 1H12, as receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 9,3% face ao 1S11, para 452 milhões de euros, demonstrando uma melhoria trimestral sequencial (-8,8% no 2T12 face ao 2T11 e -9,8% no 1T12 face ao 1T11), sendo penalizadas pelo ambiente económico: (1) as grandes empresas e a administração pública estão focadas na redução de custos, o que se traduz numa pressão no consumo e nos preços, e estão também a evitar investir em grandes projetos, e (2) as PME, que mostravam alguma resiliência em 2011, estão a ser fortemente penalizadas pelo contexto económico e financeiro. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma liderança sólida tanto nas grandes empresas como nas PME, ancorada nos seus produtos e serviços diferenciados para os segmentos de mercado referidos acima. No 1S12, os serviços não voz representaram 48,0% das receitas de retalho do segmento Empresas, mais 2,0pp face ao 1S11.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

No 1S12, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 5,8% face ao 1S11, para 1.358 milhões de euros. Este desempenho refletiu a diminuição das receitas nos segmentos Empresas e Pessoal (46

02 Análise operacional

milhões de euros e 35 milhões de euros, respetivamente), num contexto económico desafiante, e menores receitas do negócio de listas telefónicas (5 milhões de euros), efeitos que mais do que compensaram o aumento de 4,9% no segmento Residencial (16 milhões de euros). No 1S12, as receitas em Portugal também foram penalizadas por alterações regulatórias adversas, incluindo menores MTRs e menores preços de roaming (1 milhão de euros). Excluindo os efeitos regulatórios, as receitas teriam diminuído 4,8% no 1S12 face ao 1S11.

Apesar da pressão existente sobre as receitas nos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ocorrer estão a permitir à PT reduzir custos e manter as margens acima de 45%.

Demonstração dos resultados - op. de telecomunicações portuguesas	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
Receitas operacionais	1.358,5	1.442,6	(5,8%)
Residencial	355,5	339,0	4,9%
Receitas de serviço	347,9	333,5	4,3%
Vendas e outras receitas	7,6	5,5	38,0%
Pessoal	339,7	374,9	(9,4%)
Receitas de serviço	308,3	341,2	(9,6%)
Receitas de cliente	281,3	305,8	(8,0%)
Receitas de interligação	27,0	35,4	(23,6%)
Vendas e outras receitas	31,3	33,7	(7,0%)
Empresas	452,3	498,7	(9,3%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	211,0	230,0	(8,3%)
Custos operacionais	743,4	779,6	(4,7%)
Custos com pessoal	120,6	125,6	(4,0%)
Custos directos dos serviços prestados	226,3	238,6	(5,1%)
Custos comerciais	142,4	143,6	(0,8%)
Outros custos operacionais	254,0	271,8	(6,6%)
EBITDA ⁽¹⁾	615,1	663,0	(7,2%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	26,2	24,8	5,7%
Amortizações	335,3	351,5	(4,6%)
Resultado operacional ⁽²⁾	253,6	286,7	(11,5%)
Margem EBITDA	45,3%	46,0%	(0,7pp)
Capex	238,4	250,9	(5,0%)
Capex em % das receitas operacionais	17,5%	17,4%	0,2pp
EBITDA menos Capex	376,7	412,1	(8,6%)

(1) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

No 1S12, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações diminuíram 4,7% face ao 1S11 (36 milhões de euros), para 743 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 4,0% face ao 1S11 (5 milhões de euros), para 121 milhões de euros, em resultado do enfoque na redução de custos, incluindo: (1) menores remunerações variáveis e horas extraordinárias; (2) maiores níveis de eficiência em determinados processos internos, e (3) menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no 4T11. Os custos diretos diminuíram 5,1% no 1S12 face ao 1S11 (12 milhões de euros), para 226 milhões de euros, refletindo principalmente: (1) menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos de

02 Análise operacional

interligação em roaming, e (2) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas. No 1S12, não obstante o forte crescimento da base de clientes, os custos de programação aumentaram apenas 2,2% face ao 1S11, para 61 milhões de euros, enquanto os custos de programação por cliente diminuíram 19% face ao 1S11. Os custos comerciais diminuíram 0,8% no 1S12 face ao 1S11, para 142 milhões de euros, refletindo menores custos das mercadorias vendidas e de marketing e publicidade. As outras despesas operacionais diminuíram 6,6% no 1S12 face ao 1S11, para 254 milhões de euros, explicada por menores custos com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede FTTH da PT, e menores custos com fornecimento e serviços externos. Os benefícios estruturais nos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e da transformação extensiva no programa de field force são agora visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

No 1S12, o EBITDA em Portugal ascendeu a 615 milhões de euros (-7,2% face ao 1S11), com uma margem de 45,3% (-0,7pp face ao 1S11), refletindo um foco muito sólido na redução de custos e na rentabilidade. O desempenho do EBITDA reflete a diminuição das receitas de serviço (84 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 72 milhões de euros, enquanto o EBITDA apenas diminuiu 48 milhões de euros.

No 1S12, o capex diminuiu 5,0% face ao 1S11, para 238 milhões de euros, enquanto o capex relativo a clientes atingiu 95 milhões de euros (+18% face ao 1S11), representando 40% do capex total em Portugal, em resultado do aumento de clientes no segmento Residencial nos últimos trimestres que mais que compensou a redução dos custos unitários dos equipamentos. O capex de infraestrutura diminuiu 13% face ao 1S11, para 111 milhões de euros, em resultado do forte investimento feito nos últimos anos, nomeadamente no 1S11, na implementação da rede FTTH e no reforço da cobertura e capacidade da rede 3G e 3,5G, o que leva agora a uma diminuição do capex em tecnologia, não obstante o investimento na implementação da rede 4G. No futuro, e particularmente em 2012, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal da PT tenderá a decrescer a um ritmo de dois dígitos, à medida que a implementação da rede de fibra esteja concluída e não obstante a implementação da rede LTE em 2012. O capex no negócio de telecomunicações em Portugal deve diminuir cerca de 100 milhões de euros em 2012, quando comparado com 2011.

Negócios Internacionais

Oi

A Oi reorganizou as suas unidades de negócios, tendo como objetivo alterar a visão por produtos para uma visão por clientes, tendo definido três segmentos de clientes principais com as seguintes prioridades: (1) Residencial: alavancar na maior base de clientes residenciais do Brasil; (2) Mobilidade Pessoal: melhorar a competitividade para aumentar a quota de mercado, e (3) Empresarial / PMEs: foco em manter a posição de liderança no segmento e entrar em novos mercados. Como parte da reorganização, a empresa implementou também uma estratégia comercial mais agressiva, estruturas comerciais regionais, reestruturou a sua rede de distribuição e reforçou os investimentos em rede e inovação.

02 Análise operacional

No 2T12, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 72.334 mil, um aumento de 9,7% face ao 2T11, incluindo: 18.037 mil RGUs residenciais (-0,2% face ao 2T11), 45.198 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 15,1%, face ao 2T11, e 8.370 mil RGUs do segmento Empresarial, um aumento de 7,5% face ao 2T11.

No 2T12, no segmento Residencial, a Oi apresentou uma desaceleração na tendência de perda de linhas e uma aceleração da banda larga e da TV por subscrição, o que contribuiu para a inversão da tendência histórica da rede fixa, sustentada pelo fortalecimento das ofertas convergentes e aumento das velocidades de banda larga.

Dados operacionais • Oi			
	2T12	2T11	Δ11/12
Residencial (RGUs '000)	18.037	18.072	(0,2%)
Linhas fixas	12.744	13.585	(6,2%)
Clientes de Banda larga fixa	4.806	4.128	16,4%
Clientes de TV por subscrição	487	358	36,0%
ARPU (R\$)	64,5	65,5	(1,5%)
Mobilidade Pessoal	45.198	39.260	15,1%
Clientes pré-pago	39.407	34.437	14,4%
Clientes pós-pago + Oi controle	5.791	4.823	20,1%
ARPU (R\$)	21,4	21,6	(0,9%)
Empresas	8.370	7.783	7,5%
Linhas fixas	5.249	4.989	5,2%
Clientes de Banda larga	526	513	2,5%
Clientes móveis	2.596	2.280	13,9%
Outros	729	825	(11,6%)
RGUs ('000)	72.334	65.939	9,7%

A Oi fortaleceu o seu portfólio com o lançamento de uma oferta triple-play, incluindo uma oferta mais atrativa de televisão por subscrição para os seus clientes de banda larga. A Oi também reforçou a sua oferta de televisão através da expansão da cobertura do canal aberto TV Globo e através da inclusão de conteúdos adicionais, nomeadamente o canal Bloomberg, o ESPN Brasil e outros canais de entretenimento. A "Oi TV Mais" é a oferta mais completa do mercado com 45 canais, incluindo 8 de desporto, por 29,9 reais por mês nos primeiros 3 meses para clientes Oi Velox ou Oi Conta Total, estando a impulsionar o desempenho dos clientes de televisão por subscrição. No 2T12, a Oi atingiu 487 mil clientes de televisão por subscrição, +36,0% face ao 2T11 e +23,0% face ao 1T12, com 91 mil adições líquidas no trimestre. A média da velocidade de acesso da banda larga fixa situou-se nos 2,7Mbps no 2T12 (+29% face ao 2T11) e 26,5% dos clientes de banda larga tinha serviços com velocidades acima de 5Mbps, o que compara com 24,1% no 1T12. Adicionalmente, aproximadamente 50% dos clientes com velocidades acima de 5Mbps já tinha velocidades superiores a 10Mbps. Os clientes residenciais de banda larga da Oi atingiram os 4.806 mil (+16,4% face ao 2T11 e +4,2% face ao 1T12) e o número total dos clientes de banda larga fixa (residenciais e empresariais) atingiram os 5.332 mil (+14,9% face ao 2T11 e +3,6% face ao 1T12). Este desempenho é explicado: (1) pelos investimentos na cobertura e qualidade da rede; (2) pelo reposicionamento da oferta de banda larga; (3) pelos novos processos de instalação, e (4) pelo fortalecimento dos canais de distribuição.

02 Análise operacional

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 47.794 mil (+15,1% face ao 2T11), com 1.303 mil adições líquidas e 6.173 mil adições brutas no 2T12. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 45.198 (+15,1% face ao 2T11) com adições líquidas de 1.092 mil e adições brutas de 5,7 milhões no 2T12. A Oi está focada no crescimento do segmento pós-pago e em aumentar a rentabilidade do segmento pré-pago. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes pós-pagos aumentaram 20,1%, no 2T12 face ao 2T11, atingindo os 5.791 mil clientes, com 221 mil adições líquidas. Este desempenho foi conseguido devido ao fortalecimento das ofertas da Oi, com o lançamento dos novos planos, que incluem, adicionalmente à voz, acesso ilimitado à rede WiFi da Oi e serviços e promoções específicos em pacotes de dados e SMS, para aumentar a retenção dos clientes. Os clientes pré-pagos situaram-se nos 39.407 mil, um aumento de 14,4% no 2T12 face ao 2T11, representando 87,2% da base de clientes do segmento Mobilidade Pessoal. Este desempenho foi sustentado pela reestruturação dos planos tarifários pré-pagos da Oi no 1T12, tornando a sua oferta mais clara e simples para divulgar aos seus clientes, incluindo bónus diários, dependentes do montante das recargas, que permitem enviar mensagens on-net e off-net e realizar chamadas locais e de longa distância para Oi Móvel e Oi Fixo.

Os clientes do segmento Empresarial da Oi ascenderam a 8.370 mil no 2T12, um aumento de 7,5% face ao 2T11, impulsionado pelo crescimento dos clientes móvel e de dados, nomeadamente das placas 2G e 3G. No 2T12, a Oi lançou várias iniciativas para o segmento Corporate, tais como: (1) lançamento do Oi Gestão, a nova solução para serviços de TI e telecomunicações; (2) início do plano de execução de forma a endereçar o mercado de São Paulo, e (3) redesenho do modelo de serviço ao cliente.

As iniciativas para reforçar os canais de distribuição, tais como o aumento de lojas próprias, mudanças no modelo de comissões e mais formação dos agentes de vendas, contribuiu também para sustentar o desempenho operacional no trimestre em todos os segmentos.

No 1S12, as receitas líquidas consolidadas proforma da Oi, como divulgadas pela Oi, diminuíram 2,1% face ao 1S11, para 13.711 milhões de reais.

Receitas consolidadas • Oi	Milhões de reais, 100%		
	1S12	1S11	Δ11/12
Residencial	4.895	5.415	(9,6%)
Mobilidade Pessoal	4.335	3.956	9,6%
Serviços	3.034	2.793	8,6%
Uso de Rede	1.142	1.153	(1,0%)
Material de Revenda	159	10	n.s.
Empresas	4.181	4.249	(1,6%)
Outros serviços	300	390	(23,1%)
Receita Líquida proforma	13.711	14.010	(2,1%)

No 1S12, as receitas do segmento Residencial da Oi diminuíram 9,6% face ao 1S11, para os 4.895 milhões de reais, mostrando uma forte melhoria trimestral (-7,6% no 2T12 face ao 2T11 e -11,5% no 1T12 face ao 1T11). O desempenho das receitas do segmento Residencial é explicado, principalmente, por menores receitas de voz fixa, devido à diminuição das linhas fixas, que mais do que compensou o aumento das receitas de banda larga e de TV por subscrição, devido ao aumento da base de clientes "Oi Velox" e "Oi TV", e o menor churn. As receitas de voz fixa

02 Análise operacional

do segmento Residencial tiveram uma evolução positiva no último trimestre, registando o melhor desempenho desde 2010.

As receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi situaram-se nos 4.335 milhões de reais, tendo aumentado 9,6% no 1S12 face ao 1S11, em resultado de maiores receitas de assinatura, devido ao aumento: (1) das receitas de serviços de dados e de valor acrescentado, nomeadamente das receitas de mensagens e serviços 3G; (2) das receitas de saída, sustentadas no aumento da base de clientes, e (3) do aumento das vendas de equipamentos, sustentadas pela nova oferta Oi Smartphone. No 1H12, as receitas de serviço aumentaram 8,6%, face ao 1S11, para os 3.034 milhões de reais.

Demonstração dos resultados pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	1S12	1S11	Δ11/12
Receita Líquida pro-forma	13.711	14.010	(2,1%)
Custos operacionais pro-forma	9.558	9.549	0,1%
Interligação	2.229	2.331	(4,4%)
Custos com pessoal	997	888	12,3%
Materiais	59	69	(14,5%)
Custo das mercadorias vendidas	214	101	111,9%
Serviços de Terceiros	3.874	3.574	8,4%
Publicidade e Propaganda	259	299	(13,4%)
Alugueres e Seguros	899	789	13,9%
Provisão para cobrança duvidosa	364	499	(27,1%)
Outras Desp. (Rec.) Operac.	663	1.000	(33,7%)
EBITDA pro-forma ⁽²⁾	4.153	4.461	(6,9%)
Margem EBITDA	30,3%	31,8%	(1,5pp)

(1) Os resultados proforma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a incluir a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da alocação do preço de compra deste investimento e a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

O EBITDA, como divulgado pela Oi, diminuiu 6,9%, no 1S12 face ao 1S11, para 4.153 milhões de reais, com uma margem de 30,3%. No 1S12, os custos operacionais mantiveram-se estáveis face ao 1S11, refletindo o aumento: (1) dos serviços de terceiros (+8,4% face ao 1S11), devido principalmente ao aumento dos custos relacionados com a maior capilaridade dos canais de distribuição; (2) do custo de mercadorias vendidas (+111,9% face ao 1S11), explicado por uma maior atividade comercial, e (3) dos custos com pessoal (+12,3% face ao 1S11), em resultado do aumento do número de colaboradores e da reorganização para criar novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, como referido acima; e também a diminuição: (1) dos custos de interligação (-4,4% face ao 1S11) devido a menores taxas MTRs, que mais do que compensaram o aumento de custos com mensagens, e (2) das provisões de cobrança duvidosa (-27,1% face ao 1S11).

Outros ativos internacionais

No 1S12, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 22,4% face ao 1S11, para 256 milhões de euros, e o EBITDA aumentou 19,1%, face ao 1S11, para 121 milhões de euros, em resultado de um sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT e não obstante os elevados níveis de penetração dos serviços em alguns mercados.

02 Análise operacional

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
Receitas operacionais	256,3	209,4	22,4%
EBITDA ⁽²⁾	121,5	102,0	19,1%
Amortizações	27,4	22,8	20,3%
Resultado operacional ⁽³⁾	94,1	79,2	18,8%
Margem EBITDA	47,4%	48,7%	(1,3pp)

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Destaque dos principais ativos em África e na Ásia (1S12) ⁽¹⁾	Milhões (financeiros)							
	Posição	Rec. local	Δ11/12	EBITDA local	Δ11/12	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	943	14,0%	540	17,2%	57,2%	728	416
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	904	24,3%	427	10,8%	47,2%	88	41
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	4.491	6,7%	2.142	2,0%	47,7%	41	19
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	140.927	(10,7%)	36.278	(11,7%)	25,7%	6	1
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	2.361	21,0%	652	(4,1%)	27,6%	228	63
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	34	8,1%	19	14,0%	57,0%	26	15

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

No 1S12, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram 16,8% e 20,2% face ao 1S11, respetivamente, e em dólares aumentaram 14,0% e 17,2%, para 943 milhões de dólares e 540 milhões de dólares, respetivamente. No 1S12, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas comerciais bem sucedidas com o objetivo de promover os serviços de voz e de aumentar a penetração da banda larga móvel. A Unitel lançou também várias iniciativas destinadas a reforçar os canais de distribuição e melhorar a qualidade da sua rede.

No 1S12, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 24,3% e 10,8%, face ao 1S11, atingindo 904 milhões de dólares namibianos e 427 milhões de dólares namibianos, respetivamente. No 1S12, a margem EBITDA foi de 47,2%. As receitas de dados representavam 22,9% das receitas de serviço, uma das mais elevadas do continente. No 1S12, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento da rede 4G; (2) no lançamento de uma nova campanha para celebrar a conquista dos 2 milhões de clientes; (3) em campanhas para promover a utilização dos serviços, e (4) em impulsionar o aumento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman.

No 1S12, as receitas da CVT aumentaram 6,7% face ao 1S11 para 4.491 milhões de escudos cabo-verdianos, enquanto o EBITDA aumentou 2,0% face ao 1S11 para 2.142 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 47,7%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação da norma internacional de contabilidade IFRIC12 em ambos os períodos. Excluindo estes efeitos, as receitas e o EBITDA teriam aumentado 2,4% e 1,0% face ao 1S11, respetivamente. No 1S12, as receitas móveis e fixas foram impactadas positivamente pelo aumento das receitas de dados. No 1S12, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais de banda larga, alavancadas no serviço 3G; (2) serviços inovadores, tais como o Da\$aldo internacional (tráfego internacional adicional) e o Stika-m-saldo (saldo adicional); (3) várias campanhas para estimular a utilização de dados, e (4) novos canais de TV de forma a fortalecer ainda mais a dinâmica do mercado de IPTV. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram

02 Análise operacional

significativamente, representando 30,2% e 12,3% da base de clientes da rede fixa, respetivamente, sustentando o crescimento da base de clientes da rede fixa (+2,2% no 1S12 face ao 1S11).

No 1S12, as receitas operacionais da CST diminuíram 10,7% face ao 1S11, para 140.927 milhões de dobras são-tomenses, e o EBITDA diminuiu 11,7% face ao 1S11, para 36.278 milhões de dobras são-tomenses. A margem EBITDA foi de 25,7%. Excluindo determinadas reclassificações contabilísticas reconhecidas em 2011, as receitas teriam aumentado 0,6% face ao 1S11. No 1S12, a CST lançou serviços 3G e pretende atingir uma cobertura de 90% da população até ao final de 2012. No 1S12, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 71% de penetração.

No 1S12, as receitas da CTM aumentaram 21,0% face ao 1S11, para 2.361 milhões de patacas e o EBITDA diminuiu 4,1% face ao 1S11, para 652 milhões de patacas. A margem EBITDA situou-se em 27,6%. O aumento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos. As receitas de dados representavam 25,7% das receitas de serviço. O EBITDA foi impactado pela redução dos preços de roaming e menores receitas dos clientes corporate (receitas extraordinárias relacionadas com novas infraestruturas de hotéis e casinos). No 1S12, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração dos smartphones e da banda larga móvel.

No 1S12, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 8,1% e 14,0% face ao 1S11, para 34 milhões de dólares e 19 milhões de dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. A margem EBITDA foi de 57,0%. No final de junho de 2012, a Timor Telecom atingiu 633 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 18,2% das receitas de serviço. No 1S12, a Timor Telecom lançou diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados e reforçou a sua rede de distribuição.

03

Recursos humanos

Número de trabalhadores				
	1S12	1S11	Δ11/12	Δ11/12 (%)
Portugal	11.176	11.042	134	1,2%
Telecomunicações	7.544	7.344	200	2,7%
Outros negócios	3.632	3.698	(66)	(1,8%)
Brasil	59.324	71.087	(11.763)	(16,5%)
Telecomunicações	8.592	7.565	1.027	13,6%
Outros negócios	50.732	63.522	(12.790)	(20,1%)
Outras áreas geográficas	1.525	1.490	35	2,3%
Trabalhadores do grupo	72.025	83.619	(11.594)	(13,9%)

Em 30 de junho de 2012 o número de trabalhadores da PT ascendia a 72.025, dos quais 15,5% estavam nas empresas portuguesas. O número total de empregados diminuiu 11.594, refletindo a diminuição de 11.763 empregados nos outros negócios no Brasil. Esta diminuição está relacionada essencialmente com a contribuição da Dedic/GPTI no 1S11, que era consolidada integralmente até 30 de Junho de 2011 e, a partir de 1 Julho de 2011, foi integrada na Contax, passando a ser consolidada proporcionalmente (44,4%).

Nos negócios em Portugal, tendo como objetivo a renovação da sua força de trabalho, a PT tem um processo de recrutamento estruturado para jovens talentos - Trainees, com os melhores alunos das melhores universidades portuguesas - e Academias vocacionadas para operações e funções comerciais. Durante o período, 230 jovens Trainees e de Academias foram integrados no grupo PT. Estes programas envolvem cerca de 50 direções da empresa. O programa Trainees tem um acompanhamento muito próximo da Comissão Executiva.

04

Principais eventos

Eventos do 1º semestre de 2012

Remuneração acionista

30.mar.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração propôs um dividendo relativo ao exercício de 2011 no montante total de 0,65 Euros por ação. Tendo em consideração o pagamento de 0,215 Euros por ação, efetuado em janeiro de 2012, a título de antecipação de resultados, a cada ação emitida deveria ser pago o montante de 0,435 Euros. Esta proposta estava sujeita à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

27.abril.12 | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 27 de abril de 2012, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 342.259.821 euros, e de reservas no valor de 232.522.984,50 euros constantes na rubrica de resultados transitados, nos seguintes termos:

- > pagamento aos Acionistas, adicional ao montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2011, de um montante global de 389.982.937,50 euros, correspondendo a 0,435 euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas. Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2011 e pago em janeiro de 2012, foi aprovado pelos Acionistas que o valor total a pagar relativamente ao exercício de 2011 fosse fixado em 582.733.125 euros, correspondendo a um valor unitário de 0,65 euros por ação.

27.jun.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, decidiu adotar uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da Empresa, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades. O Conselho de Administração aprovou:

- > para os anos fiscais de 2012 a 2014, uma política de remuneração acionista que inclui um dividendo em numerário anual de 0,325 euros por ação e um programa de recompra de ações próprias de 200 milhões de euros para o período de três anos, equivalente a um adicional de 0,225 euros por cada ação em circulação.

Órgãos Sociais

29.fev.12 | A PT anunciou que Jorge Humberto Correia Tomé renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

04 Principais eventos

27.abr.12 | A PT anunciou que Zeinal Bava foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Executiva (“Presidente Executivo”) e que Luís Pacheco de Melo foi nomeado para o cargo de Administrador Financeiro, para o triénio 2012/2014, na reunião do seu Conselho de Administração, no seguimento da Assembleia Geral Anual de Acionistas, em que também foi nomeada a Comissão Executiva.

Dívida

21.jan.12 | A S&P anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT, diminuindo o rating de longo prazo de BBB- para BB+, com outlook negativo, e o rating de curto prazo de A-3 para B.

13.abr.12 | A Moody’s anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT e o da sua subsidiária PT International Finance B.V., diminuindo o rating de longo prazo de Ba1 para Ba2. O outlook manteve-se negativo.

23.mai.12 | A PT informou que o preço de conversão e o nível de referência do dividendo das Obrigações 750.000.000 euros 4,125% da Portugal Telecom International Finance B.V. com maturidade em 2014 (ISIN XS0309600848, Common code 030960084) e permutáveis em ações da PT foram alterados de acordo com a Condition 6.2(c)(i) das Obrigações.

No seguimento da data de “ex-dividend” da segunda componente do dividendo relativo ao ano fiscal de 2011, no montante de 0,435 euros por ação, e a partir de 22 de maio de 2012, o preço de conversão é 8,91 euros e o nível de referência do dividendo (“threshold amount”) é 0,4414 euros. Assim, cada detentor de uma Obrigação com valor nominal de 50.000 euros terá direito a receber 5.611 ações da Portugal Telecom SGPS, S.A. após o exercício dos Direitos de Conversão, conforme os Termos e Condições das Obrigações.

27.jun.12 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, decidiu adotar uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da Empresa, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades. O Conselho de Administração aprovou:

- > o lançamento no mercado português, destinada ao público em geral, de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações (“OPS”), denominada “Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016”. As obrigações têm um prazo de quatro anos, vencendo juros a uma taxa de juro fixa de 6,25% (Taxa Anual Nominal Bruta) ao ano, pagos semestralmente. O montante inicial da oferta foi de 250 milhões de euros, o qual poderia ser aumentado pela emitente durante o período da oferta.

29.jun.12 | A PT anunciou a renegociação da sua mais relevante linha de crédito tendo estendido a sua maturidade de março de 2014 até julho de 2016. Esta linha de crédito passou a ter um montante de 800 milhões de euros.

Meo

4.jun.12 | A PT anunciou que o Meo, o seu serviço de televisão por subscrição, alcançou a liderança no mercado triple-play (clientes que subscrevem os serviços de voz fixa, banda larga fixa e televisão por subscrição através do mesmo operador) em menos de quatro anos após o lançamento nacional do serviço, em Abril de 2008.

04 Principais eventos

Grupo Oi

27.fev.12 | A PT informou que nas assembleias gerais das empresas que constituem o grupo Oi, foi aprovada a simplificação societária da Oi. Tal aprovação leva a que a estrutura societária à data constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e Brasil Telecom S.A. ("BRT") seja integrada apenas na BRT, a qual será redenominada Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais). Estas ações serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR.

Em consequência da aprovação referida, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A., passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.467.847,01, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

5.abr.12 | A PT informou que a simplificação societária da Oi foi concluída com sucesso, tendo integrado a estrutura societária constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e Brasil Telecom S.A. ("BRT") na BRT, que foi redenominada Oi S.A. ("Oi"). A nova empresa passa a ter apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais). As novas ações passarão a transacionar na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR, a partir de 9 de abril de 2012. A posição económica da PT na Oi, direta e indireta, é 23,26%. A PT detém uma participação direta na Oi de 15,55%.

17.abr.12 | A PT anunciou que a Oi S.A. divulgou a sua política de dividendos para o período 2012-2015 (exercícios fiscais de 2011-2014). A política de dividendos aprovada consiste no pagamento de um dividendo de 2,0 mil milhões de reais em relação a cada um dos anos fiscais de 2011 a 2014. A política de dividendos inclui ainda o pagamento de um dividendo intercalar de 50% do dividendo total em cada ano. Esta política de dividendos está sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da Companhia e ao ambiente regulatório e legal aplicável. A política de dividendos está ainda condicionada à observação de um rácio de dívida líquida para EBITDA máximo de 3,0x, incluindo o dividendo a ser pago para efeitos deste cálculo. De acordo com esta política de dividendos, a PT irá receber cerca de 128 milhões de euros relativos à sua posição direta na Oi S.A. (posição acionista de 15,5%). Em 2012 a PT irá receber adicionalmente cerca de 64 milhões de euros relativos ao pagamento do dividendo intercalar.

Eventos subsequentes

Dívida

13.jul.12 | A PT anunciou que decidiu aumentar o montante máximo original do Valor Nominal Agregado da emissão de Notes à taxa de 6,25% (Taxa Anual Nominal Bruta) ao ano, realizada ao abrigo do €7.500.000.000 Euro Medium Term Note Programme, para 400 milhões de euros, de acordo com a possibilidade prevista no ponto 4 das Condições Finais da emissão.

24.jul.12 | A PT anunciou que a procura global da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), denominada "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016" atingiu o montante final de 490 milhões euros. A procura pelas obrigações da PT superou a oferta final em 22,5% e foi aproximadamente o dobro (96% superior) da oferta originalmente anunciada. A liquidação ocorreu em 26 de julho de 2012.

05

Principais riscos e incertezas

A PT definiu como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as suas operações e execução do plano e objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de risco integrado e transversal, que entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de Corporate Governance e a transparência na comunicação com o mercado e os acionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e gestão operacional da Sociedade, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam afetar a prossecução do plano e objetivos estratégicos. Importa igualmente referir que todo o processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por membros não executivos independentes.

Decorrente do processo de gestão dos riscos que possam afetar adversamente a atividade da PT, destacam-se os seguintes:

Riscos Relevantes		
Riscos da Envoltente	Regulação	<p>O Grupo PT está sujeito ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio.</p> <p>A gestão do risco de regulação está entregue à Direção de Regulação, que deverá capturar e monitorizar novos regulamentos aplicáveis ao sector com impacto para a PT, sendo a estratégia de gestão de cada fator de risco articulada com as diversas áreas operacionais.</p> <p>No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionadas com a regulação, realçamos os seguintes temas: i) Redes de Nova Geração; ii) Ofertas retalhistas e tarifários; iii) Ofertas de referência grossistas; iv) Serviço Universal; v) Espectro radioelétrico; vi) Mercados relevantes de Banda Larga; vii) Regulamento de roaming; viii) Dividendo Digital; e ix) Segurança das redes e comunicações.</p>
	Concorrência	<p>Existe a possibilidade de uma redução das receitas do Grupo PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de: (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços; (ii) políticas de marketing e vendas agressivas; (iii)</p>

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes

introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; e (v) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.

No mercado Português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente focada na inovação, execução e qualidade de serviço, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes:

- (1) Residencial: consolidar a inflexão da tendência histórica no negócio de rede fixa, alavancando o sucesso da sua estratégia de TV (através de uma sofisticada e diferenciada experiência de TV por subscrição multi ecrã. A crescente conectividade disponível de redes de acesso de nova geração irá continuar a ser uma tendência importante no segmento residencial, permitindo a ligação simultânea de vários dispositivos através de redes móveis e fixas, dentro de casa do cliente (TVs, consolas de jogos, PCs, computadores portáteis, tablets e smartphones). A TV multi-ecrã é uma característica chave para a diferenciação e o Meo está já a convergir para uma oferta incomparável em TV, PC e smartphones. Os serviços Cloud estão a tornar-se cada vez mais uma realidade, permitindo o fácil acesso a software e tecnologia e um maior nível de segurança no armazenamento de informação chave.
- (2) Pessoal: continuar a desenvolver produtos inovadores de acesso a dados, internet, serviços convergentes e aplicações, alavancando na forte presença online do portal Sapo, e nas suas parcerias estratégicas, enquanto redesenha a sua estrutura de preços para melhorar as suas tendências subjacentes no segmento móvel, e
- (3) PME e segmento empresarial: a PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas tanto para o segmento empresarial como para PMEs, através de investimentos na infraestrutura e na convergência Telecom -TI, direcionadas ao aumento da penetração dos serviços TI/SI e BPO, aumentando assim o share of wallet dos clientes e reforçando a sua fidelização em segmentos de mercado competitivos, como sejam soluções convergentes cloud-based suportadas pelo novo Data Centre de nova geração.

Ao nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais.

De realçar que estas ações são complementadas por um benchmark constante do Grupo PT face à atividade da concorrência e outros players relevantes da indústria, de modo a assegurar a liderança e excelência da oferta aos seus clientes.

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes		
	Inovação tecnológica	<p>Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, o Grupo PT está sujeito ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas.</p> <p>A aposta em inovação continua a ser uma prioridade para a Portugal Telecom dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado</p> <p>A PT é historicamente uma das empresas portuguesas com um maior volume de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nesta área, a PT detém ativos estratégicos que lhe permitem assegurar a concretização de projetos inovadores, nos quais se incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PT Inovação: empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional. • Programa de Desenvolvimento e inovação OPEN: com o objetivo de implementar práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, com o envolvimento de toda a organização, para a concretização de projetos inovadores. • Planeamento estratégico das infraestruturas de rede e do rollout de novas tecnologias, envolvendo a elaboração de relatórios e análises periódicas da evolução, normalização, adoção de novas tecnologias pelo sector, incluindo a realização de benchmarks internacionais. • Parcerias estratégicas com fornecedores ao nível tecnológico, equipamentos e conteúdos.
	Envolvente económica	<p>A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços, e consequentemente ao nível da performance operacional e financeira da PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da PT. A equipa de gestão atua proativamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, sector e geografias onde está presente, de modo a diversificar a carteira de ativos e consequentemente assegurar crescimento e rentabilidade do negócio.</p>
Riscos Financeiros	Taxas de Câmbio	<p>A PT detém investimentos financeiros em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o euro, nomeadamente no Brasil e em alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à Portugal Telecom e deste modo os resultados e situação patrimonial do Grupo PT. Adicionalmente, a PT está igualmente exposta ao risco de taxa câmbio decorrente de dívida denominada em moeda diferente do Euro.</p>

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes	
	<p>A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento financeiro; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o seu efetivo recebimento.</p>
Taxas de Juro	<p>Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com dívida contratada a taxa de juro variável.</p> <p>O crescimento da incerteza e volatilidade dos mercados financeiros em geral, e os prémios de risco nos mercados, aumentaram significativamente. A instabilidade dos mercados financeiros e a flutuação da taxa de juro da dívida Soberana Portuguesa potenciam a materialização deste fator de risco. Nesse sentido, as condições atuais dos mercados financeiros poderão afetar negativamente a capacidade de acesso a capital, por parte da PT, e do qual necessita para suportar o seu crescimento e as suas estratégias e para gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direção de Finanças Corporativa.</p>
	<p>A PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras dos diferentes cenários.</p>
Crédito	<p>O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A PT está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.</p> <p>O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade do saldo a receber de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; iii) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e iv) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.</p> <p>Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, tendo em consideração o respetivo rating de crédito.</p>

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes		
	Liquidez	<p>Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e financiamento, para investimento, para remuneração acionista e reembolso de dívida.</p> <p>De modo a mitigar o risco, a PT procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. Adicionalmente, a estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno acionista. A PT revê periodicamente a sua estrutura de capital, considerando os riscos associados a cada uma das classes de capital.</p> <p>Em junho de 2012, a PT anunciou, à luz do ambiente macroeconómico atual e das condições dos mercados financeiros, a adoção de uma estratégia financeira mais prudente, de forma a reforçar a flexibilidade financeira da PT, através de uma maior redução da dívida e da extensão das maturidades. A estratégia adotada permite à PT estar refinanciada até ao final de 2015, reduzindo a alavancagem e tendo maior flexibilidade para continuar a investir no desenvolvimento do seu negócio.</p>
Riscos das Operações	Capacidade Infra Estrutura	<p>A capacidade e disponibilidade das infra estruturas de rede são aspetos fundamentais para que a empresa assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos nossos clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, a PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só a nível da disponibilidade da infraestrutura, bem como ao aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos seus clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infra estruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição da empresa à ocorrência de avarias e incidentes. Neste âmbito, são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação do risco, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Securitização da rede core de telecomunicações; • Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha; • Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias; • Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (Quality of Service) e QoE (Quality of End user Experience) definidos; • Investimento em redes de nova geração e ações de manutenção preventiva; • Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas.

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes	
	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em Data Centre de modo a assegurar a resiliência e capacidade da infraestrutura. <p>Durante o ano de 2011 é também de realçar a criação do Gabinete de continuidade de negócio, de modo a que seja assegurado de um modo mais eficiente e eficaz a resiliência dos processos e operações que suportam os serviços Core da Portugal Telecom, face a incidentes e desastres nas seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prevenção: Preparação da resposta para reduzir o impacto de incidentes nos processos críticos que suportam os serviços; Resposta e Recuperação: Suportado por planos de continuidade de negócio e Disaster Recover para acelerar a recuperação dos processos críticos
Parcerias estratégicas	<p>A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afetam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.</p> <p>Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: i) fornecedores de tecnologia; ii) fornecedores associados à construção de infraestrutura; iii) especialistas em I&D; iv) fornecedores de equipamentos terminais, e v) fornecedores de conteúdos, entre outros.</p>
Ambiental	<p>A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da Portugal Telecom, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; (ii) responsabilidades perante governos ou terceiros pelo custo de remoção de resíduos acrescido de eventuais indemnizações.</p> <p>Neste âmbito, a PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiente, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: i) Consumos de recursos; ii) Produção e encaminhamento de resíduos; iii) Emissões atmosféricas; iv) Ruído e campos eletromagnéticos; v) Modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores, e v) Campanhas de sensibilização e formação.</p> <p>De realçar igualmente que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas, sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar.</p>
Obtenção e Retenção de talento	<p>A capacidade da empresa de obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a Portugal Telecom atua, tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção Recursos Humanos que atua:</p> <ul style="list-style-type: none"> No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos necessários para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do

05 Principais riscos e incertezas

Riscos Relevantes

		<p>Grupo PT;</p> <ul style="list-style-type: none">• Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.
--	--	--

06

Participações qualificadas

Participações qualificadas

Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 9º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por acionistas no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 30 de junho de 2012 ou a data anterior conforme indicado:

- > A 30 de junho de 2012, o Grupo Banco Espírito Santo ("Grupo BES") detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 112.696.893 ações da PT, representativas de 12,57% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ("CVM"):

Entidades	Nº ações
BES	4.218
Sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	112.676.327
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	16.348
Total	112.696.893

No dia 27 de agosto de 2012, a PT divulgou ainda que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 90.020.566 ações da PT, representativas de 10,04% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- > A 2 de junho de 2011, a PT informou que era imputável à RS Holding, SGPS, S.A. ("RS Holding") uma participação qualificada e posição económica longa correspondentes a 90.111.159 ações da PT, correspondentes a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

Entidades	Nº ações
Nivalis Holding BV ("Nivalis")	90.099.969
Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos	11.190
Total	90.111.159

A PT foi informada de que: (i) a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight") e a Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. ("Ongoing") são as acionistas únicas da Nivalis, detendo, respetivamente, uma participação correspondente a 62,55% e 37,45% dos direitos de voto naquela sociedade; (ii) a Ongoing é a

06 Participações qualificadas

acionista maioritária da Insight; e (iii) a RS Holding é a acionista maioritária da Ongoing. Por outro lado, a Senhora D. Isabel Rocha dos Santos é a acionista maioritária da RS Holding. O acionista Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos é administrador da Insight, da Ongoing e da RS Holding.

No dia 10 de julho de 2012, a PT divulgou ainda que a participação qualificada que a RS Holding detinha na PT correspondente a 90.111.159 ações, representativas de 10,05% do capital social e dos correspondentes direitos de voto mantinha-se inalterada.

- > A 31 de maio de 2012, a PT divulgou que a Telemar Norte Leste SA ("TMAR") detinha uma participação qualificada correspondente a 89.651.205 ações da PT, representativas de 10,0% do respetivo capital social e direitos de voto. O único acionista da TMAR é a OI, S.A., a qual é diretamente controlada pela Telemar Participações S.A. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e Bratel Brasil, S.A.
- > A 30 de junho de 2012, o Grupo Caixa Geral de Depósitos ("Grupo CGD") detinha uma participação qualificada correspondente a 57.582.885 ações da PT, representativas de 6,42% do respetivo capital social e direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo CGD calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Caixa Geral de Depósitos	55.871.741
Parcaixa, SGPS, S.A.	159.467
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	529.056
Fundo de Pensões da CGD	1.022.621
Total	57.582.885

- > A 6 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.442.888 ações da PT, representativas de 4,96% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.
- > A 13 e 20 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que a Capital Research and Management Company detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 42.952.953 ações da PT, representativas de 4,79% do capital social e dos direitos de voto da PT, de acordo com o quadro seguinte:

06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Capital Income Builder	342.000
EuroPacific Growth Fund	23.045.000
Fundamental Investors	943.950
Income Fund of America	14.954.933
International Growth and Income Fund	3.509.819
American Funds Insurance Series - Global Balanced Fund	15.660
American Funds Insurance Series - Global Growth and Income Fund	141.591
Total	42.952.953

A PT informou ainda que a Capital é um gestor de fundos de investimentos norte-americano e que o único acionista é The Capital Group Companies, Inc. ("CGC"), que beneficia da isenção da atribuição dos direitos de voto previsto no artigo 20-A do Código dos Valores Mobiliários Português.

No dia 23 de agosto de 2012, a PT divulgou ainda que a Capital Research and Management Company passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

- > A 12 de janeiro de 2012, a PT informou que a UBS AG detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 42.024.498 ações, representativas de 4,69% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
UBS AG	15.561.557
UBS AG por conta de diversos dos seus clientes	13.394.579
CCR Asset Management	1.469.950
UBS Financial Services Inc.	227.671
UBS Fund Management (Switzerland) AG	894.263
UBS Fund Services (Luxembourg) SA	5.649.244
UBS Global Asset Management (Americas) Inc	15.597
UBS Global Asset Management (Deutschland) GmbH	582.505
UBS Global Asset Management (Japan) Ltd	135.084
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	3.920.365
UBS Global Asset Management Life Ltd	173.683
Total	42.024.498

- > A 31 de dezembro de 2011, a Brandes Investment Partners, L.P. (controlada por Brandes Investment Partners, Inc., Brandes Worldwide Holdings, L.P., Charles H. Brandes, Glenn R. Carlson e Jeffrey A. Busby) detinha poderes para exercer, por conta dos seus clientes, direitos de voto inerentes a um total de 25.695.675 ações da PT (das quais 5.586.786 correspondiam a ações ao abrigo de American Depositary Receipts, representando cada uma uma ação ordinária, e 20.108.889 eram ações ordinárias), representativas de 2,87% do capital social da PT, o que corresponde a uma participação qualificada de igual montante, estando ainda autorizada a exercer, por conta dos seus clientes, direitos de disposição relativos a 34.628.566 ações da PT (das quais 8.891.612 correspondiam

06 Participações qualificadas

a ações ao abrigo de American Depositary Receipts, representando cada uma uma ação ordinária, e 25.736.954 eram ações ordinárias), representativas de 3,86% do capital social da PT. O número total de ações relativamente aos quais, àquela data, a Brandes Investment Partners, L.P. detinha poderes de disposição e/ou exercício de direitos de voto era de 34.628.566 ações da PT, representativas de 3,86% do respetivo capital social, fato que foi divulgado pela Brandes Investment Partners, L.P. como beneficial ownership nos termos da legislação norte-americana aplicável.

- > A 23 de maio de 2012, a PT informou que o Barclays Plc detinha uma posição económica longa correspondente a 25.235.441 ações da PT, representativas de 2,81% do respetivo capital social e direitos de voto, através das seguintes entidades:

Entidades	Nº ações
Barclays Bank Plc	21.250.000
Barclays Bank Plc – France	944
Barclays Capital, Inc	9.950
Barclays Capital Securities Ltd	3.877.967
Barclays Wealth Managers Portugal – SGFIM S.A.	96.580
Total	25.235.441

- > A 31 de dezembro de 2010, era imputável ao Grupo Visabeira SGPS, S.A. (“Grupo Visabeira”, empresa detida em 77,85% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) uma participação qualificada de 23.642.885 ações da PT, representativas de 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:

Entidades	Nº ações
Grupo Visabeira	11.523.213
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira)	12.119.672
Total	23.642.885

- > A 10 de dezembro de 2009, a PT informou que o BlackRock Inc. detinha uma participação qualificada na PT de 21.025.118 ações representativas de 2,35% do capital social e dos respetivos direitos de votos. Adicionalmente, a PT foi informada de que as referidas ações e direitos de voto eram detidos através da BlackRock Investment Management (UK) Limited.
- > A 3 de fevereiro de 2010, a PT informou que a Controlinveste International Finance, S.A. detinha uma participação qualificada na PT de 20.419.325 ações, representativas de 2,28% do capital social e dos respetivos direitos de voto.

A PT foi informada de que a Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.à.r.l., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela

06 Participações qualificadas

Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente detida pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 ações da PT representativas de 2,28% do respetivo capital social.

- > A 11 de outubro de 2010, a PT informou que o Europacific Growth Fund ("EUPAC") detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 18.061.608 ações, representativas de 2,01% do respetivo capital social e direitos de voto. A PT foi informada de que o EUPAC conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

No dia 9 de agosto de 2012, a PT divulgou ainda que o EUPAC passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

- > A 22 de janeiro de 2012, a PT divulgou que Telefónica passou a deter uma posição económica longa relativa a 44.640.099 ações da PT, representativas de 4,979% do respetivo capital social, nos seguintes termos:

<i>Participação</i>	<i>No. de ações</i>
Ações	17.912.661

<i>Instrumentos financeiros</i>		
<i>Tipo</i>	<i>Maturidade / Data vencimento</i>	<i>No. de ações correspondentes</i>
Equity-linked swap	18 julho 2012	3.401.227
Equity-linked swap	19 setembro 2012	9.410.283
Equity-linked swap	31 agosto 2012	13.915.928

<i>Posição longa</i>	<i>Total</i>
(Participação + Instrumentos financeiros)	44.640.099

06 Participações qualificadas

Participações dos titulares dos órgãos sociais, nos termos do artigo 9º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Nos termos e para os efeitos do artigo 9º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto aos valores mobiliários emitidos pela PT, e por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a PT, detidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 30 de junho de 2012:

Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)

Henrique Granadeiro é titular de 150 ações da PT.

Zeinal Bava é titular de 63.161 ações da PT.

Luís Pacheco de Melo é titular de 45 ações da PT.

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista é titular de 8.193 ações da PT.

Carlos Alves Duarte é titular de 40 ações da PT.

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão é titular de 758 ações da PT.

Manuel Rosa da Siva é titular de 90 ações da PT.

Shakhaf Wine não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Otávio Marques de Azevedo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Otávio Marques de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 89.651.205 ações ordinárias da PT, representativas de 10,0% do capital social e respetivos direitos de voto.

José Guilherme Xavier de Basto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

João Manuel de Mello Franco é titular de 12.986 ações da PT. O cônjuge é titular de 322 ações da PT.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é titular de 2.437 ações da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é membro do Conselho de Administração do BES, que a 30 de junho de 2012, detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 112.696.893 ações da PT, representativas de 12,57% do capital social e dos direitos de voto da PT. No dia 27 de agosto de 2012, a PT divulgou ainda que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 90.020.566 ações da PT, representativas de 10,04% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Mário João de Matos Gomes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

06 Participações qualificadas

Pedro Jereissati não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Pedro Jereissati é Diretor-Presidente da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 89.651.205 ações ordinárias da PT, representativas de 10,0% do capital social e respetivos direitos de voto.

Gerald Stephen McGowan é titular de 30.000 ações da PT.

Rafael Luís Mora Funes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 501 ações da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação qualificada de 90.111.159, correspondente a 10,05% do capital social e dos direitos de voto.

Maria Helena Nazaré não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

João Nuno de Oliveira Jorge Palma é titular de 1.436 ações da PT. João Nuno de Oliveira Jorge Palma é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada de 57.582.885 ações ordinárias da PT, correspondente a 6,42% do respetivo capital social e direitos de voto.

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires é titular de 2.146 ações da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires é membro do Conselho de Administração do BES, que a 30 de junho de 2012, detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 112.696.893 ações da PT, representativas de 12,57% do capital social e dos direitos de voto da PT. No dia 27 de agosto de 2012, a PT divulgou ainda que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 90.020.566 ações da PT, representativas de 10,04% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

José Pedro Cabral dos Santos não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. José Pedro Cabral dos Santos é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada de 57.582.885 ações ordinárias da PT, correspondente a 6,42% do respetivo capital social e direitos de voto.

Francisco Teixeira Pereira Soares não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Paulo José Lopes Varela é titular de 7.134 ações da PT. Paulo José Lopes Varela é membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira, que detém uma participação qualificada de 23.642.885 ações ordinárias da PT, correspondente a 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto.

Milton Almicar Silva Vargas não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 ações da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação

06 Participações qualificadas

qualificada de 90.111.159 ações ordinárias da PT, correspondente a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto.

Revisor Oficial de Contas

Pedro Matos Silva, Revisor Oficial de Contas efetivo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Transações sobre ações da PT e instrumentos financeiros com estas relacionados, realizadas por dirigentes da PT e pessoas com eles estreitamente relacionadas

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do CVM e no artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às transações sobre ações da PT e instrumentos financeiros com elas relacionados realizadas durante primeiro semestre de 2012 por dirigentes da PT e pessoas com estes estreitamente relacionadas:

- > A 16 de janeiro, o Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") informou a PT de que a Avistar, SGPS, S.A., sociedade integralmente detida pelo BES, realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
 - Alienação de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,36 euros por ação;
 - Aquisição de 3.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,34 euros por ação;
 - Aquisição de 3.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,32 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu ainda, na mesma data, à celebração de três instrumentos financeiros, uma call option, uma put option e um total return swap, relativos a 3.000.000 ações da PT, com maturidade a 23 de janeiro de 2012 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.

- > A 27 de janeiro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
 - Alienação, no dia 23 de janeiro de 2012, de 3.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,315 euros por ação;
 - Alienação, no dia 23 de janeiro de 2012, de 3.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,15 euros por ação;
 - Aquisição, no dia 24 de janeiro de 2012, de 7.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,04 euros por ação.
 - Aquisição, no dia 25 de janeiro de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,00 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu ainda, no dia 24 de janeiro de 2012, à celebração de um total return swap, relativos a 7.000.000 ações da PT, com maturidade a 7 de fevereiro de 2012 e no dia 25 de janeiro de 2012, à celebração uma call option e de uma put option relativos a

06 Participações qualificadas

5.000.000 ações da PT, com maturidade a 8 de fevereiro de 2012. O valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.

- > A 6 de fevereiro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
 - Aquisição, no dia 30 de janeiro de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,92 euros por ação;
 - Alienação, no dia 30 de janeiro de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,90 euros por ação;
 - Aquisição, no dia 30 de janeiro de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,86 euros por ação;
 - Alienação, no dia 31 de janeiro de 2012, de 7.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,84 euros por ação;
 - Aquisição, no dia 1 de fevereiro de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,76 euros por ação;
 - Alienação, no dia 2 de fevereiro de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,72 euros por ação;
 - Alienação, no dia 2 de fevereiro de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,784 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu à celebração dos seguintes contratos relativos a instrumentos financeiros (o valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente):

- A 30 de janeiro de 2012, uma call option e uma put option relativos a 8.000.000 ações da PT com maturidade a 10 de fevereiro de 2012;
 - A 30 de janeiro de 2012, uma call option e uma put option relativos a 8.000.000 ações da PT com maturidade a 13 de fevereiro de 2012;
 - A 1 de fevereiro de 2012, um Total Return Swap relativo a 5.000.000 ações da PT com maturidade a 15 de fevereiro de 2012.
- > A 15 de fevereiro, o BES informou a PT de que a Avistar alienou, no dia 7 de fevereiro de 2012, fora de bolsa, 5.000.000 ações da PT ao preço de 4,18 euros por ação.
 - > A 11 de maio, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
 - Aquisição, no dia 4 de maio de 2012, de 18.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,016 euros por ação;
 - Alienação, no dia 10 de maio de 2012, de 18.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,20 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu à celebração dos seguintes contratos relativos a instrumentos financeiros (o valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente):

06 Participações qualificadas

- A 4 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativos a 18.000.000 ações da PT com maturidade a 10 de maio de 2012.
- > A 18 de maio, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
- Aquisição, no dia 11 de maio de 2012, de 10.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,20 euros por ação;
 - Aquisição, no dia 11 de maio de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 4,191 euros por ação;
 - Alienação, no dia 17 de maio de 2012, de 10.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,95 euros por ação;
 - Alienação, no dia 17 de maio de 2012, de 8.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,96 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu à celebração dos seguintes contratos relativos a instrumentos financeiros (o valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente):

- A 11 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativos a 10.000.000 ações da PT com maturidade a 17 de maio de 2012;
 - A 11 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativos a 8.000.000 ações da PT com maturidade a 17 de maio de 2012.
- > A 28 de maio, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
- Aquisição, no dia 18 de maio de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,89 euros por ação;
 - Aquisição, no dia 18 de maio de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,888 euros por ação;
 - Alienação, no dia 22 de maio de 2012, de 10.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,56 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu à celebração dos seguintes contratos relativos a instrumentos financeiros (o valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente):

- A 18 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativas a 5.000.000 ações da PT, bem como umas segundas call option e put option, também relativas a 5.000.000 ações da PT. A maturidade de todos estes instrumentos financeiros corresponde a 1 de junho de 2012.
- > A 5 de junho, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
- Aquisição, no dia 28 de maio de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,33 euros por ação;

06 Participações qualificadas

- Alienação, no dia 28 de maio de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,38 euros por ação;
- Aquisição, no dia 30 de maio de 2012, de 10.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,10 euros por ação;
- Aquisição, no dia 31 de maio de 2012, de um lote de 10.000.000 ações e de outro lote de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ambos ao preço de 3,15 euros por ação;
- Aquisição, no dia 31 de maio de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,14 euros por ação;
- Aquisição, no dia 31 de maio de 2012, de 4.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,01 euros por ação;
- Alienação, no dia 1 de junho de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,05 euros por ação;
- Alienação, no dia 4 de junho de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,13 euros por ação.

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu à celebração dos seguintes contratos relativos a instrumentos financeiros (o valor destes instrumentos financeiros é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente):

- A 28 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativas a 5.000.000 ações da PT, com maturidade em 1 de junho de 2012;
 - A 31 de maio de 2012, três call options e três put options relativas a 10.000.000, 5.000.000 e 4.000.000 ações da PT, com maturidade em 2 de julho de 2012;
 - A 31 de maio de 2012, uma call option e uma put option relativas a 5.000.000 ações da PT, com maturidade em 8 de junho de 2012.
- > A 14 de junho, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:
- Aquisição, no dia 6 de junho de 2012, de 2.800.000 ações, em bolsa, ao preço de 3,22 euros por ação;
 - Alienação, no dia 8 de junho de 2012, de 5.000.000 ações, fora de bolsa, ao preço de 3,137 euros por ação.
- > A 27 de junho, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
18-jun-12	Venda	Mercado regulamentado	3,27	30.491
			3,271	8.501
			3,272	3.456
			3,273	2.995
			3,274	4.557
			3,275	17.431
			3,276	7.569
			3,277	10.000
			3,28	58.830

06 Participações qualificadas

			3,281	1.170
			3,286	10.000
			3,288	3.418
			3,29	26.063
			3,291	10.000
			3,292	16.582
			3,293	15.559
			3,294	1.913
			3,295	31.878
			3,298	8.087
			3,3	25.000
			3,304	101.500

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
19-jun-12	Venda	Mercado regulamentado	3,3	27.554
			3,301	2.000
			3,306	5.058
			3,31	64.977
			3,311	14.821
			3,314	20.000
			3,315	70.787
			3,316	21.813
			3,318	10.000
			3,319	10.000
			3,32	50.847
			3,321	2.288
			3,322	5.000
			3,323	13.160
			3,325	23.389
			3,326	5.739
3,327	7.567			
3,33	50.000			

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
20-jun-12	Venda	Mercado regulamentado	3,32	150.726
			3,321	20.445
			3,324	13.797
			3,325	40.539
			3,326	30.102
			3,327	15.562
			3,33	101.310
			3,331	7.079
			3,332	22.111
			3,333	10.000
			3,334	10.000
			3,335	10.000
3,336	5.000			

06 Participações qualificadas

			3,338	10.000
			3,34	31.329
			3,341	2.000
			3,342	5.000
			3,347	5.000
			3,349	5.000
			3,35	5.000

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
21-jun-12	Venda	Mercado regulamentado	3,35	25.000
			3,353	15.000
			3,354	10.000
			3,355	192.500
			3,356	10.000
			3,357	80.000
			3,358	10.000
			3,36	76.548
			3,361	744
			3,362	10.911
			3,365	34.862
			3,366	18.563
			3,367	872
3,368	15.000			

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
22-jun-12	Venda	Mercado regulamentado	3,355	5.000
			3,359	5.000
			3,36	15.000
			3,363	5.000
			3,365	2.000
			3,369	5.000
			3,37	5.000
			3,374	10.000
			3,375	18.000
			3,378	15.000
			3,38	10.000
			3,388	5.000
			3,39	35.000
			3,392	20.000
			3,393	12.031
			3,394	15.000
			3,395	5.000
			3,396	5.000
3,397	20.000			
3,399	10.000			
3,4	122.500			
3,403	5.000			

06 Participações qualificadas

			3,405	27.500
			3,406	17.500
			3,407	5.000
			3,409	5.000

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Preço (€) / ação</i>	<i>Nº de Ações</i>
22-jun-2012	Venda	Mercado regulamentado	3,41	35.992
			3,411	3.477
			3,415	20.000
			3,42	5.000
			3,424	15.000
			3,425	26.000
			3,427	17.000
			3,43	48.000
			3,435	25.000
			3,437	10.000
			3,44	10.000
			3,445	44.757
			3,446	3.224
			3,447	2.019
			3,45	12.250
			3,451	7.250
			3,455	15.420
			3,456	19.675
			3,457	51.953
			3,458	11.068
			3,46	95.051
			3,461	889
			3,462	15.000
3,463	60			
3,464	500			
3,465	25.000			
3,47	75.884			

Adicionalmente, a PT foi informada do resumo diário das transações efetuadas:

- Alienação, no dia 18 de junho de 2012, de 395 mil ações da PT, em mercado regulamentado, ao preço médio de 3,28973 euros;
- Alienação, no dia 19 de junho de 2012, de 405 mil ações da PT, em mercado regulamentado, ao preço médio de 3,3168 euros;
- Alienação, no dia 20 de junho de 2012, de 500 mil ações da PT, em mercado regulamentado, ao preço médio de 3,32763 euros;
- Alienação, no dia 21 de junho de 2012, de 500 mil ações da PT, em mercado regulamentado, ao preço médio de 3,35751 euros;
- Alienação, no dia 22 de junho de 2012, de um milhão de ações da PT, em mercado regulamentado, ao preço médio de 3,42445 euros.

06 Participações qualificadas

A PT foi ainda informada de que a Avistar é uma entidade estreitamente relacionada com o administrador não executivo da PT Amílcar de Moraes Pires, porquanto o mesmo desempenha igualmente o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Avistar.

- > A 19 de abril, o Senhor Gerald Stephen McGowan informou a PT que realizou as seguintes transações no dia 11 de abril de 2012:

<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de valores mobiliários</i>	<i>Preço (USD)</i>
Aquisição	New York Stock Exchange	5.100	4,98
		14.900	4,99

- > Adicionalmente, em 19 de junho, o Senhor Gerald Stephen McGowan informou a PT que realizou as seguintes transações no dia 11 de abril de 2012:

<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de valores mobiliários</i>	<i>Preço (USD)</i>
Aquisição	New York Stock Exchange	10.000	4,15

O Senhor Gerald Stephen McGowan é membro do Conselho de Administração da PT, pelo que é considerado como um dirigente da PT nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários ("Cód. VM").

- > O Senhor José Pedro Cabral dos Santos e o Senhor João Nuno de Oliveira Jorge Palma, informaram a PT que a Caixa Geral de Depósitos realizou as seguintes transações sobre ações da PT, durante o primeiro semestre de 2012:

<i>Transação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço (€) / ação</i>
Compra	2012-05-02 13:28:43	100.000	3,9800
Compra	2012-05-03 09:54:35	100.000	3,9650
Compra	2012-05-03 14:43:57	38.000	3,9950
Venda	2012-05-04 10:20:07	100.000	4,0300
Venda	2012-05-04 16:58:13	92.112	4,0300
Compra	2012-05-07 11:05:12	100.000	3,9900
Venda	2012-05-07 13:36:25	100.000	4,0500
Venda	2012-05-07 14:28:06	45.888	4,0431
Compra	2012-05-15 09:29:41	100.000	4,1050
Compra	2012-05-15 15:14:42	100.000	4,0450
Venda	2012-05-17 09:14:09	100.000	4,0350
Venda	2012-05-17 09:20:18	100.000	4,0400
Compra	2012-05-17 16:42:25	100.000	3,9060
Venda	2012-05-18 11:47:31	100.000	3,9600
Compra	2012-05-22 15:30:41	100.000	3,5203
Compra	2012-05-24 08:57:16	100.000	3,3570

06 Participações qualificadas

Venda	2012-05-24 10:35:16	100.000	3,4000
Venda	2012-05-24 11:43:00	100.000	3,4500
Compra	2012-05-25 14:52:24	100.000	3,3389
Compra	2012-05-28 11:25:10	100.000	3,3300
Compra	2012-05-29 16:55:25	273.765	3,1648
Compra	2012-05-30 13:15:52	46.508	3,1100
Compra	2012-05-30 16:30:32	500.000	3,1270
Compra	2012-05-31 16:42:57	65.837	3,0274
Venda	2012-06-01 13:40:37	112.345	3,1101
Compra	2012-06-01 16:06:14	400.000	3,0982
Compra	2012-06-05 16:53:51	186.851	3,1450
Venda	2012-06-06 10:05:27	100.000	3,2000
Venda	2012-06-06 15:05:28	100.000	3,2238
Compra	2012-06-12 09:27:15	100.000	3,2200
Venda	2012-06-13 10:27:31	100.000	3,2500
Venda	2012-06-13 10:37:54	100.000	3,2301
Compra	2012-06-13 10:37:55	100.000	3,2301
Compra	2012-06-14 08:00:00	100.000	3,2301
Venda	2012-06-14 16:39:08	186.851	3,2600
Venda	2012-06-15 08:39:51	100.000	3,2890
Compra	2012-06-18 14:53:04	100.000	3,3040
Compra	2012-06-18 14:53:04	100.000	3,2892
Compra	2012-06-20 15:10:54	42.812	3,3200
Venda	2012-06-20 15:10:55	42.812	3,3600
Venda	2012-06-21 14:20:18	100.000	3,3591
Venda	2012-06-21 14:55:37	100.000	3,3690
Compra	2012-06-26 12:37:25	100.000	3,3650
Venda	2012-06-27 09:28:20	100.000	3,4410
Compra	2012-06-27 16:19:10	100.000	3,4113
Venda	2012-06-29 16:45:01	173.765	3,4550

O Senhor José Pedro Cabral dos Santos e o Senhor João Nuno de Oliveira Jorge Palma são membros dos Conselhos de Administração da PT e da Caixa Geral de Depósitos, pelo que esta última é considerada como uma entidade estreitamente relacionada com dirigentes da PT nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários ("Cód. VM").

- > O Senhor Jorge Humberto Tomé informou a PT que a Caixa Geral de Depósitos realizou as seguintes transações sobre ações da PT, durante o primeiro semestre de 2012:

<i>Transação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço (€) / ação</i>
Compra	2012-01-19 15:56:43	1.000	4,1500
Compra	2012-01-19 15:56:43	1.411	4,1500
Venda	2012-01-25 16:20:22	2.411	4,0110
Compra	2012-01-04 08:58:15	50.000	4,4954
Venda	2012-01-05 08:00:00	50.000	4,4954

06 Participações qualificadas

Compra	2012-01-05 08:58:15	50.000	4,4954
Compra	2012-01-05 15:11:20	50.000	4,3890
Compra	2012-01-09 10:58:37	50.000	4,3520
Venda	2012-01-10 11:52:32	50.000	4,3080
Compra	2012-01-10 14:56:45	50.000	4,2850
Venda	2012-01-11 15:40:01	50.000	4,2905
Venda	2012-01-11 16:40:22	5.000	4,3290
Venda	2012-01-12 08:27:27	50.000	4,3290
Compra	2012-01-16 16:08:09	55.000	4,2445
Venda	2012-01-17 09:38:12	50.000	4,2462
Venda	2012-01-17 09:55:52	50.000	4,2550
Compra	2012-01-17 14:34:10	50.000	4,2450
Compra	2012-01-17 16:13:41	50.000	4,2350
Compra	2012-01-18 12:16:21	50.000	4,1400
Venda	2012-01-19 09:28:14	50.000	4,1590
Venda	2012-01-19 11:07:30	50.000	4,1587
Venda	2012-01-19 14:15:13	50.000	4,1475
Compra	2012-01-31 16:28:37	100.000	3,7850
Compra	2012-02-01 15:34:00	100.000	3,7702
Venda	2012-02-02 16:39:59	59.554	3,7800
Venda	2012-02-03 09:02:51	40.446	3,7799
Venda	2012-02-03 09:29:03	100.000	3,8108
Compra	2012-02-08 09:28:57	30.574	4,1753
Venda	2012-02-08 09:47:27	30.574	4,2500
Compra	2012-02-13 10:18:42	50.000	4,2442
Venda	2012-02-13 12:39:09	50.000	4,2500
Compra	2012-02-23 09:47:59	50.000	4,0800
Compra	2012-02-23 14:26:14	50.000	4,0180
Venda	2012-02-24 10:41:32	50.000	4,0007
Venda	2012-02-24 15:46:46	50.000	4,0100
Compra	2012-02-28 09:04:08	50.000	4,0199
Compra	2012-02-28 10:35:18	50.000	3,9850
Compra	2012-02-29 11:45:23	100.000	3,9100
Venda	2012-03-01 11:15:15	100.000	3,9077
Venda	2012-03-02 16:07:22	50.000	3,9035
Venda	2012-03-07 13:42:04	50.000	3,9190
Compra	2012-03-12 14:38:24	70.000	3,9600
Compra	2012-03-12 16:27:30	70.000	3,9381
Venda	2012-03-13 15:06:18	70.000	4,0000
Venda	2012-03-14 09:29:49	70.000	4,0173
Compra	2012-03-20 16:38:07	32.255	3,9920
Venda	2012-03-21 16:22:36	32.255	4,0401

O Senhor Jorge Humberto Tomé foi membro do Conselho de Administração da PT até 29 de fevereiro de 2012, e era igualmente membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, pelo que até aquela data esta última era considerada como uma entidade estreitamente relacionada com um dirigente da PT nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários ("Cód. VM").

07

Perspetivas

A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objetivo de explorar ao máximo o potencial do seu portfólio de ativos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI.

Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, em produtos convergentes de TI-telecoms e multimédia e em ofertas de serviços integrados, com o objetivo de adquirir novos clientes, aumentando o seu share-of-wallet, melhorando a fidelização e diminuindo os custos com retenção de clientes. A PT irá continuar a investir na transformação da oferta do segmento residencial, com o objetivo de transformar oferta de telefone fixo em oferta triple-play, que são mais competitivas e mais resilientes a condições económicas adversas. No segmento pessoal, a PT irá continuar a contribuir para aumentar a penetração dos smartphones, para desenvolver novos serviços e planos de preços, e diferenciar ainda mais a sua oferta móvel, beneficiando da implementação do LTE e liderando o roll-out do 4G no mercado Português. No segmento empresas, a PT irá continuar a fornecer soluções avançadas one-stop-shop de TI / SI com foco em BPO e na comercialização de soluções machine-to-machine. Estas ofertas alavancam o investimento da PT em soluções FTTH e cloud computing, permitindo a oferta de serviços cloud-based, em parceria com fornecedores de software e hardware. Adicionalmente, a PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objetivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir de encontro às necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o time-to-market e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes core mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objetivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços cloud. Adicionalmente, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.

A PT irá continuar a ser um operador geograficamente diversificado, com o objetivo de oferecer aos seus acionistas um perfil com menos risco, com reduzida dependência de apenas um mercado e um melhor perfil de crescimento. No Brasil, no seguimento da parceria estratégica estabelecida com a Oi, que inclui a aquisição pela PT de uma posição de controlo na Oi, a PT pretende explorar mais o potencial de crescimento dos ativos da Oi, alavancando na evolução demográfica favorável do Brasil, nas perspetivas de crescimento económico e no aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, em particular na banda larga fixa e móvel, na TV e em alavancar na convergência fixo-móvel. Adicionalmente, a PT pretende também aumentar a sua exposição aos mercados Africanos de grande crescimento, retirando vantagem das parcerias que detém, no seu portfólio de ativos existente e considerando seletivamente oportunidades de criação de valor. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus ativos, com o objetivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes, colocando a rentabilidade dos seus ativos sob pressão, nomeadamente a descida acentuada

07 Perspetivas

das taxas de terminação móveis, bem como a queda dos preços do roaming. A PT irá também continuar as suas operações num contexto de instabilidade económica Europeia, em particular em Portugal, o que irá criar desafios financeiros e económicos adicionais e barreiras ao desenvolvimento dos seus negócios.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objetivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objectivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

08

Declaração de pessoas responsáveis

Para efeitos do disposto no artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- > As demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2012 foram elaboradas nos termos legais, com observância dos elementos mínimos previstos na IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- > O relatório de gestão intercalar expõe fielmente, em termos indicativos, os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2012 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo uma descrição correta dos principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 26 de julho de 2012

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente da Comissão Executiva

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador executivo

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

08 Declaração de pessoas responsáveis

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador executivo

Manuel Rosa da Siva, Administrador executivo

Shakhaf Wine, Administrador executivo

Otávio Marques de Azevedo, Administrador não-executivo

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Pedro Jereissati, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo

Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

08 Declaração de pessoas responsáveis

João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Administrador não-executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires, Administrador não-executivo

José Pedro Cabral Santos, Administrador não-executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

		euros			
		1S11 Reexpresso		Não auditado	
		(Nota 2)		2T11 Reexpresso	
	Notas	1S12	(Nota 2)	2T12	(Nota 2)
RECEITAS					
Prestações de serviços		3.159.755.639	2.547.914.484	1.525.322.608	1.711.141.022
Vendas		78.274.767	58.809.064	43.617.732	34.984.934
Outras receitas		106.665.699	62.075.800	60.070.482	51.555.324
	5	3.344.696.105	2.668.799.348	1.629.010.822	1.797.681.280
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)					
Custos com o pessoal		566.185.170	459.360.527	272.932.776	302.589.746
Custos diretos dos serviços prestados		560.349.318	416.903.473	264.612.959	292.044.624
Custos comerciais		264.779.627	210.756.574	140.134.924	138.002.403
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas		610.432.152	462.268.148	285.871.837	320.047.981
Impostos indiretos		122.672.299	65.529.864	59.387.998	53.763.327
Provisões e ajustamentos		79.225.233	54.179.754	36.719.798	48.868.451
Amortizações	12	683.436.504	579.439.296	336.708.174	383.079.329
Custos com benefícios de reforma	6	28.806.741	26.380.271	14.021.762	14.334.298
Custos com redução de efetivos	6	858.784	5.572.392	6.806	1.169.189
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		2.106.944	(132.751)	1.241.009	(46.580)
Outros custos (ganhos), líquidos	7	(17.193.693)	7.086.780	(26.590.590)	4.272.174
		2.901.659.079	2.287.344.328	1.385.047.453	1.558.124.942
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		443.037.026	381.455.020	243.963.369	239.556.338
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS					
Juros suportados, líquidos	8	235.957.866	81.255.643	128.335.603	98.573.103
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(95.589.309)	(122.499.467)	(49.344.969)	(42.318.904)
Outros custos financeiros, líquidos	9	47.149.654	69.472.891	11.910.899	27.565.889
		187.518.211	28.229.067	90.901.533	83.820.088
Resultado antes de impostos		255.518.815	353.225.953	153.061.836	155.736.250
Imposto sobre o rendimento	10	88.649.129	96.179.584	67.071.100	48.211.456
RESULTADO LÍQUIDO		166.869.686	257.046.369	85.990.736	107.524.794
Atribuível a interesses não controladores		41.636.861	45.001.322	17.222.168	25.208.734
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	11	125.232.825	212.045.047	68.768.568	82.316.060
Resultado líquido por ação					
Básico	11	0,15	0,24	0,08	0,10
Diluído	11	0,15	0,24	0,08	0,10

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Notas	euros			
		1S11 Reexpresso 1S12	1S11 Reexpresso (Nota 2)	2T12	Não auditado 2T11 Reexpresso (Nota 2)
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(243.477.009)	(28.181.592)	(204.676.410)	82.632.930
Transferências para resultados (ii)		-	(37.794.036)	-	-
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	6	(15.570.255)	(776.036)	7.194.513	15.575.165
Efeito fiscal	10	3.892.564	194.009	(1.798.628)	(3.893.791)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variações no valor de mercado		1.576.558	1.626.455	(5.458.354)	(816.686)
Transferências para resultados		4.616.288	65.606	578.288	(808.409)
Efeito fiscal		(1.787.184)	(448.396)	1.670.678	430.650
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)		(1.483.294)	(14.854.216)	(5.044.810)	(14.717.680)
		(252.232.332)	(80.168.206)	(207.534.723)	78.402.179
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		166.869.686	257.046.369	85.990.736	107.524.794
Total dos resultados reconhecidos		(85.362.646)	176.878.163	(121.543.987)	185.926.973
Atribuível a interesses não controladores		3.957.035	38.004.991	(16.192.691)	31.541.569
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		(89.319.681)	138.873.172	(105.351.296)	154.385.404

(i) As perdas registadas no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2012 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax. As perdas registadas no semestre findo em 30 de junho de 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Dólar Americano face ao Euro nos investimentos na Unitel e na MTC, enquanto os ganhos registados no trimestre findo em 30 de junho de 2011 são explicados essencialmente pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax.

(ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, que foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 5) na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011.

(iii) Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica inclui custos nos montantes de 6 milhões de euros e 10 milhões de euros, respectivamente, ambos relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos pela Portugal Telecom, no âmbito de contratos de equity swap sobre ações próprias, e pela Telemar Norte Leste relativamente ao seu investimento na Portugal Telecom.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135
Dividendos (Notas 11 e 14)	-	-	-	-	-	(1.117.987.321)	(1.117.987.321)	(51.699.524)	(1.169.686.845)
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	709.690.052	709.690.052
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi	-	(148.311.037)	-	-	-	-	(148.311.037)	-	(148.311.037)
Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(86.347.388)	(86.347.388)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(21.447.627)	21.447.627	-	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(73.171.875)	(73.171.875)	(6.996.331)	(80.168.206)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados (reexpresso)	-	-	-	-	-	212.045.047	212.045.047	45.001.322	257.046.369
Saldo em 30 de junho de 2011 (reexpresso)	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	671.835.775	2.878.931.631	3.265.023.376	826.344.704	4.091.368.080

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.557.270.220	2.828.069.784	914.102.973	3.742.172.757
Dividendos (Notas 11 e 14)	-	-	-	-	-	(371.937.439)	(371.937.439)	(65.562.557)	(437.499.996)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi (Nota 1)	-	12.060.381	-	-	-	49.235.831	61.296.212	(271.876.616)	(210.580.404)
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 14J)	-	(23.198.433)	-	-	-	-	(23.198.433)	-	(23.198.433)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(15.956.831)	15.956.831	-	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(214.552.506)	(214.552.506)	(37.679.826)	(252.232.332)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	125.232.825	125.232.825	41.636.861	166.869.686
Saldo em 30 de junho de 2012	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	540.586.763	2.161.205.762	2.404.910.443	567.795.835	2.972.706.278

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

		euros	
		30 jun 2012	31 dez 2011
	Notas	Reexpresso (Nota 2)	
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		2.390.516.285	4.930.012.396
Investimentos de curto prazo		527.618.254	738.112.198
Contas a receber - clientes		1.493.569.412	1.580.334.752
Contas a receber - outros		370.649.868	332.635.396
Existências		151.968.075	133.506.967
Impostos a recuperar		314.729.328	374.500.400
Custos diferidos		116.531.565	73.584.328
Depósitos judiciais		232.142.591	229.321.275
Outros ativos correntes		20.707.615	41.028.329
Total do ativo corrente		5.618.432.993	8.433.036.041
Ativo não corrente			
Contas a receber		17.516.388	23.321.001
Impostos a recuperar		57.079.986	56.406.992
Investimentos financeiros		641.512.741	556.329.005
Ativos intangíveis	12	5.299.409.216	5.629.798.917
Ativos tangíveis	12	6.004.156.200	6.228.622.568
Benefícios de reforma	6	13.553.019	13.620.935
Ativos por impostos diferidos	10	1.252.580.917	1.247.784.040
Depósitos judiciais		929.944.003	854.761.888
Outros ativos não correntes		109.874.535	132.710.054
Total do ativo não corrente		14.325.627.005	14.743.355.400
Total do ativo		19.944.059.998	23.176.391.441
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	13	2.543.959.363	3.291.558.305
Contas a pagar		1.021.380.268	1.244.239.461
Acréscimos de custos		771.058.770	922.779.134
Proveitos diferidos		281.272.823	299.352.137
Impostos a pagar		360.475.903	411.776.877
Provisões		308.781.219	312.159.078
Outros passivos correntes		96.927.839	359.660.738
Total do passivo corrente		5.383.856.185	6.841.525.730
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	13	8.245.852.534	8.989.400.331
Contas a pagar		148.400.640	201.956.296
Impostos a pagar		322.646.416	314.374.825
Provisões		584.476.420	628.849.066
Benefícios de reforma	6	956.311.461	1.004.065.628
Passivos por impostos diferidos	10	978.568.477	1.052.457.228
Outros passivos não correntes		351.241.587	401.589.580
Total do passivo não corrente		11.587.497.535	12.592.692.954
Total do passivo		16.971.353.720	19.434.218.684
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(337.520.916)	(326.382.864)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		540.586.763	556.543.594
Outras reservas e resultados acumulados		2.161.205.762	2.557.270.220
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.404.910.443	2.828.069.784
Interesses não controladores		567.795.835	914.102.973
Total do capital próprio		2.972.706.278	3.742.172.757
Total do capital próprio e do passivo		19.944.059.998	23.176.391.441

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

	Notas	1512	1511
euros			
ATIVIDADES OPERACIONAIS (Nota 14.a)			
Recebimentos de clientes		4.225.313.703	3.274.256.284
Pagamentos a fornecedores		(1.819.121.639)	(1.251.022.562)
Pagamentos ao pessoal		(552.176.736)	(473.464.218)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	14.b	(76.062.138)	(78.374.063)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(92.343.679)	(90.595.439)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	14.c	(980.250.436)	(590.111.539)
Fluxos das atividades operacionais (1)		705.359.075	790.688.463
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	14.d	332.862.371	83.237.258
Investimentos financeiros	14.e	2.267.403	155.615.965
Ativos tangíveis e intangíveis		1.934.093	3.441.219
Juros e proveitos similares	14.f	134.393.897	180.421.884
Dividendos	14.g	25.487.291	146.785.323
Outras atividades de investimento		1.157.607	3.685.832
		498.102.662	573.187.481
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	14.d	(121.378.212)	(191.288.376)
Investimentos financeiros	14.h	(2.349.446)	(2.265.661.902)
Ativos tangíveis e intangíveis	14.i	(873.049.894)	(544.179.746)
Outras atividades de investimento	14.h	(2.732.096)	(30.486.979)
		(999.509.648)	(3.031.617.003)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(501.406.986)	(2.458.429.522)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14.j	2.434.834.991	3.229.564.575
Subsídios		1.256.114	280.585
Outras atividades de financiamento		-	169.032
		2.436.091.105	3.230.014.192
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	14.j	(3.781.315.613)	(1.854.831.760)
Juros e custos similares	14.f	(424.094.709)	(350.452.805)
Dividendos	14.k	(610.040.981)	(1.164.342.830)
Aquisição de ações próprias	14.l	(23.198.433)	(86.820.445)
Outras atividades de financiamento	14.m	(325.001.733)	(21.243.502)
		(5.163.651.469)	(3.477.691.342)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(2.727.560.364)	(247.677.150)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.930.012.396	4.764.732.734
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(2.523.608.275)	(1.915.418.209)
Efeito das diferenças de câmbio		(15.887.836)	16.715.545
Caixa e seus equivalentes de ativos não correntes detidos para venda		-	(2.973.018)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.390.516.285	2.863.057.052

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2012

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no seu último relatório anual.

Em 27 de fevereiro de 2012, as assembleias gerais de acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("Brasil Telecom") aprovaram uma reorganização societária do Grupo Oi (a "Reorganização Societária"), no seguimento da qual a anterior estrutura societária composta pela TNL, Telemar, Coari e Brasil Telecom foi integrada na Brasil Telecom, a qual foi redenominada Oi, S.A. e passou a ser a única empresa do grupo cotada nos mercados de capitais Brasileiro e Americano. Esta Reorganização Societária consistiu em:

- A incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
- A fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir e tornando-se a Telemar subsidiária integral da Brasil Telecom;
- A fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
- Uma bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, seriam resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu em 2011 este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu antigo acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual era integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos seus antigos acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de euros à data da deliberação, o qual foi incluído na rubrica "Outros passivos correntes". Em 9 de abril de 2012, a Oi, S.A. pagou o montante devido aos acionistas não controladores.

Em resultado da aprovação da Reorganização Societária e tendo terminado em 29 de março de 2012 o período de um mês durante o qual os acionistas podiam exercer os seus direitos de recesso, as participações no capital da Oi, S.A. (antiga Brasil Telecom), detidas diretamente por empresas consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, eram como segue após a conclusão da Reorganização Societária: (1) a Telemar Participações tinha uma participação de 17,70% e manteve-se como acionista controlador do Grupo Oi, com 56,43% dos direitos de voto da Oi, S.A.; (2) a Portugal Telecom tinha uma participação de 15,54%, através da sua subsidiária integral Bratel Brasil, S.A.; e (3) a AG Telecom Participações, S.A. e a LF Tel, S.A. tinham uma participação de 4,54% cada uma. Consequentemente, a nova participação efetiva detida pela Portugal Telecom no Grupo Oi, o qual inclui atualmente 100% da Telemar e da Brasil Telecom e antes da reorganização incluía 100% da Telemar e 49,3% da Brasil Telecom, diminuiu da participação direta e indireta de 25,31% anteriormente detida na Telemar para uma participação direta e indireta de 23,25% na Oi, S.A. após a Reorganização Societária do Grupo Oi. A participação direta e

indireta da Portugal Telecom na Telemar Participações (25,62%) não sofreu qualquer alteração em resultado deste processo e portanto a Portugal Telecom continua a consolidar proporcionalmente o Grupo Oi com base nesta percentagem.

Em 9 de abril de 2012, no âmbito da Reorganização Societária acima explicada, a Oi, S.A. pagou um montante total de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros (Nota 14.m) relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas que o solicitaram. Também em 9 de abril de 2012, no âmbito da bonificação em ações resgatáveis da Brasil Telecom acima mencionada, a Oi, S.A. pagou aos seus antigos acionistas não controladores antes da Reorganização Societária um montante total de 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 14.m), o qual está incluído na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes".

No âmbito da Reorganização Societária acima mencionada, a Portugal Telecom registou um ganho diretamente no capital próprio (antes de interesses não controladores) no montante de 61 milhões de euros, o qual reflete (1) um ganho de 252 milhões de euros correspondente à redução no valor contabilístico dos interesses não controladores, explicado essencialmente por uma maior diferença entre o justo valor e o valor contabilístico da Telemar, em comparação com essa mesma diferença aplicável à Brasil Telecom, e (2) uma perda de 191 milhões de euros correspondente ao montante pago pela Oi relativamente ao exercício dos direitos de recesso (211 milhões de euros), líquido do efeito em interesses não controladores (19 milhões de euros). Tendo em conta que esta reestruturação não envolveu a aquisição ou perda de controlo por qualquer das empresas envolvidas neste processo de reestruturação, uma vez que a Telemar Participações se manteve como acionista controlador e a Portugal Telecom manteve a sua posição de controlo conjunto sobre o Grupo Oi, esta transação foi reconhecida como uma transação de capital, com a redução nos interesses não controladores a ser registada como um ganho diretamente no capital próprio.

Não obstante a Reorganização Societária do Grupo Oi, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral e dos Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2012 incluem os resultados e fluxos de caixa de todas as Empresas Oi desde 1 de janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 26 de julho de 2012.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Alterações no perímetro de consolidação

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 3.728 milhões de euros, no seguimento do qual consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011. Deste modo, as demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012 não são inteiramente comparáveis com as mesmas demonstrações financeiras relativas ao período homólogo do ano anterior, uma vez que os resultados e fluxos de caixa da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores não foram consolidados proporcionalmente no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Para um melhor entendimento das variações ocorridas na Demonstração Consolidada dos Resultados, a tabela abaixo apresenta informação sobre a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de março de 2012:

Demonstração dos Resultados (i)	milhões de euros
RECEITAS	936
CUSTOS, DESPESAS E PERDAS	
Custos com o pessoal	188
Custos diretos	177
Custos comerciais	39
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	201
Impostos indiretos	52
Provisões e ajustamentos	37
Amortizações (Nota 12)	161
Custos com benefícios de reforma, líquidos	1
Outros custos, líquidos	5
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	74
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	66
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	15
Resultado antes de impostos	(7)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(13)
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	6
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	3
Prejuízo atribuível a acionistas da Portugal Telecom	2

(i) Embora as demonstrações financeiras estatutárias da Oi, SA de 31 de março de 2012 incluam três meses dos resultados da antiga Brasil Telecom (agora Oi, S.A.) e apenas um mês dos resultados da Telemar e da TNL desde 1 de março de 2012 (data a partir da qual estas empresas foram integradas na nova Oi, S.A.), no seguimento da aprovação da Reorganização Societária em 27 de fevereiro de 2012, a Demonstração dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentada na tabela acima inclui os resultados de todas as empresas do Grupo Oi desde 1 de janeiro de 2012. Esta Demonstração dos Resultados inclui também os resultados da Contax e dos acionistas controladores. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Oi e da Contax foram ajustadas por forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos adotados pela Portugal Telecom, incluindo o efeito da amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra.

Conclusão da alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e Contax

Conforme referido no Relatório Anual de 2011, no seguimento da identificação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a alocação do preço de compra destas concentrações empresariais registada em 31 de dezembro de 2011 estava sujeita a alterações até ao final do período de um ano desde a data de aquisição, conforme previsto na IFRS 3 Concentrações Empresariais. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Portugal Telecom obteve toda a informação necessária para concluir o cálculo final do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito destas operações e, em resultado das alterações efetuadas à alocação do preço de compra registada em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira àquela data foi reexpressa, de modo a refletir essas alterações como se as mesmas tivessem sido reconhecidas na data de aquisição. Neste âmbito, a Portugal Telecom concluiu a valorização dos passivos contingentes, tendo reconhecido um montante total de 233 milhões de euros correspondente ao justo valor dos passivos contingentes relativamente a obrigações contratuais e a contingências cíveis, laborais e fiscais.

Os impactos da reexpressão acima mencionada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011				euros
	Demonstração refletindo a alocação preliminar do preço de compra	Impactos das alterações à alocação preliminar do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação final do preço de compra	
ATIVO				
Ativo corrente	8.433.036.041	-	8.433.036.041	
Ativo não corrente				
Ativos intangíveis	5.424.100.459	205.698.458	5.629.798.917	
Ativos tangíveis	6.228.622.568	-	6.228.622.568	
Ativos por impostos diferidos	1.220.882.009	26.902.031	1.247.784.040	
Outros ativos não correntes	1.637.149.875	-	1.637.149.875	
Total do ativo não corrente	14.510.754.911	232.600.489	14.743.355.400	
Total do ativo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441	
PASSIVO				
Passivo corrente				
Provisões	282.487.720	29.671.358	312.159.078	
Outros passivos correntes	6.529.366.652	-	6.529.366.652	
Total do passivo corrente	6.811.854.372	29.671.358	6.841.525.730	
Passivo não corrente				
Provisões	579.396.803	49.452.263	628.849.066	
Outros passivos não correntes	247.479.376	154.110.204	401.589.580	
Outros	11.562.254.308	-	11.562.254.308	
Total do passivo não corrente	12.389.130.487	203.562.467	12.592.692.954	
Total do passivo	19.200.984.859	233.233.825	19.434.218.684	
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital próprio excluindo interesses não controladores	2.828.069.784	-	2.828.069.784	
Interesses não controladores	914.736.309	(633.336)	914.102.973	
Total do capital próprio	3.742.806.093	(633.336)	3.742.172.757	
Total do capital próprio e do passivo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441	

Os impactos da reexpressão discriminados na tabela acima resultaram num aumento do goodwill relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax em 206 milhões de euros a 31 de dezembro de 2011, face ao montante total de 846 milhões de euros registado de forma preliminar àquela data e incluído no relatório anual de 2011. Considerando a taxa de câmbio aplicável na data de aquisição, em 28 de março de 2011, o goodwill preliminar de 904 milhões de euros, reportado no relatório anual de 2011, foi aumentado em 220 milhões de euros para um goodwill final de 1.123 milhões de euros relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax pelo montante total de 3.728 milhões de euros.

Anteriormente à alocação inicial do preço de compra dos investimentos na Oi e na Contax que foi registada em 31 de dezembro de 2011, a Empresa, numa base preliminar, tinha alocado a goodwill a totalidade da diferença entre o preço de compra e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos. Consequentemente, em resultado da alocação inicial registada em 31 de dezembro

de 2011, a Portugal Telecom reexpressou as Demonstrações Consolidadas dos Resultados para o semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, de modo a refletir a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da alocação do preço de compra como se os mesmos tivessem sido registados na data de aquisição. Os impactos desta reexpressão são como segue:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011				euros
	Demonstração anterior à alocação inicial do preço de compra	Impactos da alocação inicial do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação do preço de compra	
Receitas totais	2.668.799.348	-	2.668.799.348	
Custos, perdas e (ganhos)				
Amortizações	564.434.474	15.004.822	579.439.296	
Outros custos operacionais, líquidos	1.707.905.032	-	1.707.905.032	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	396.459.842	(15.004.822)	381.455.020	
Resultados financeiros	(28.229.067)	-	(28.229.067)	
Imposto sobre o rendimento	(101.778.950)	5.599.366	(96.179.584)	
Resultado líquido	266.451.825	(9.405.456)	257.046.369	
Atribuível a interesses não-controladores	38.587.164	6.414.158	45.001.322	
Atribuível a acionistas da Portugal telecom	227.864.661	(15.819.614)	212.045.047	
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal telecom				
Básico	0,26	(0,02)	0,24	
Diluído	0,26	(0,02)	0,24	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS NO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011				euros
	Demonstração anterior à alocação inicial do preço de compra	Impactos da alocação inicial do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação do preço de compra	
Receitas totais	1.797.681.280	-	1.797.681.280	
Custos, perdas e (ganhos)				
Amortizações	368.074.507	15.004.822	383.079.329	
Outros custos operacionais, líquidos	1.175.045.613	-	1.175.045.613	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	254.561.160	(15.004.822)	239.556.338	
Resultados financeiros	(83.820.088)	-	(83.820.088)	
Imposto sobre o rendimento	(53.810.822)	5.599.366	(48.211.456)	
Resultado líquido	116.930.250	(9.405.456)	107.524.794	
Atribuível a interesses não-controladores	18.794.576	6.414.158	25.208.734	
Atribuível a acionistas da Portugal telecom	98.135.674	(15.819.614)	82.316.060	
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal telecom				
Básico	0,11	(0,01)	0,10	
Diluído	0,11	(0,01)	0,10	

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

Em resultado da sua aprovação pela União Europeia, as seguintes normas, normas revistas ou interpretações entraram em vigor durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, apesar de a sua adoção não ter tido impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- IAS 24 *Divulgações de Partes Relacionadas (revisão)* - Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efetuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública;
- IFRS 1 *Adoção Pela Primeira Vez das IFRS (revisão)* - As alterações introduzidas nesta norma vêm simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adoção pela primeira vez das IFRS;
- IAS 32 *Instrumentos Financeiros (revisão)* - Esta revisão vem clarificar as condições em que direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio;
- IFRIC 14 *O Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e a sua Interação (revisão)* - As emendas introduzidas nesta interpretação vêm suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo;
- IFRIC 19 *Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio* - Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transações em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Adicionalmente, de acordo com as datas definidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), a aplicação das seguintes normas, normas revistas ou interpretações é obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2012, embora as mesmas ainda não sejam de aplicação obrigatória pela Portugal Telecom uma vez que ainda não foram aprovadas pela União Europeia ou tendo-o sido a data de aplicação obrigatória definida pela União Europeia apenas ocorre em exercícios subsequentes:

- IAS 12 *Imposto sobre o Rendimento (revisão)*; e
- IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS (revisão)*.

Em 2012, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações, as quais ainda não foram aprovadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB apenas ocorre em exercícios subsequentes:

- Em 13 de março 2012, o IASB emitiu alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS* que respeitam aos financiamentos obtidos de entidades governamentais a taxas inferiores às praticadas no mercado, dispensando as empresas em processo de adoção pela primeira vez das IFRS da aplicação retrospectiva integral das IFRS na contabilização destes financiamentos na data de transição. Estas alterações não são aplicáveis à Portugal Telecom.
- Em 28 de junho de 2012, o IASB emitiu *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Empreendimentos Conjuntos e Divulgação de Interesses em Outras Entidades: Guia de Transição* (Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12). Estas alterações clarificam as orientações de transição incluídas na IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas* e também incluem exceções adicionais de transição na IFRS 10, IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* e IFRS 12 *Divulgação de Interesses em Outras Entidades*, limitando o requisito de disponibilizar informação comparativa ajustada apenas para um período comparativo. Adicionalmente, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, estas alterações irão remover o requisito de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à adoção inicial da IFRS 12.

4. Taxas de Câmbio

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,5788 e 2,4159 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio médias de 2,4144 e 2,2879 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação e apresentação dos segmentos operacionais é consistente com os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011 e são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	1S12			1S11		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	1.358.454.469	(11.740.732)	1.346.713.737	1.442.593.345	(9.878.090)	1.432.715.255
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	1.542.065.964	(1.972.387)	1.540.093.577	832.270.773	(1.104.537)	831.166.236
Receitas relativas a outras operações (iii)	768.110.892	(310.222.101)	457.888.791	697.958.466	(293.040.609)	404.917.857
Receitas consolidadas do Grupo			3.344.696.105			2.668.799.348

	2T12			2T11		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	678.081.720	(6.562.902)	671.518.818	725.248.568	(5.328.231)	719.920.337
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	753.624.971	(1.272.124)	752.352.847	832.270.773	(1.104.537)	831.166.236
Receitas relativas a outras operações (iii)	376.319.228	(171.180.071)	205.139.157	415.689.797	(169.095.090)	246.594.707
Receitas consolidadas do Grupo			1.629.010.822			1.797.681.280

- (i) A redução nas receitas antes de eliminações provenientes de telecomunicações em Portugal no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2012 (84 milhões de euros e 47 milhões de euros, respetivamente), em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (46 milhões de euros e 22 milhões de euros, respetivamente), impactadas por pressão tanto no preço como no consumo, quer ao nível das PME's quer das grandes empresas, por corte significativo de custos na administração pública e pela ausência de novos projetos nas empresas de maior dimensão; (2) redução das receitas no segmento de cliente Pessoal (35 milhões de euros e 17 milhões de euros, respetivamente), em resultado de menores receitas de cliente (25 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente), as quais refletem as condições económicas adversas e a pressão ao nível do preço, menores receitas de interligação (8 milhões de euros e 4 milhões de euros, respetivamente), no seguimento da redução das Tarifas de Terminação Móvel ("MTR's"), e diminuição das vendas; (3) redução das receitas no segmento de cliente Wholesale e outros (19 milhões de euros e 17 milhões de euros, respetivamente), em resultado do decréscimo do tráfego e das receitas de circuitos alugados, declínio no negócio de postos públicos e menores receitas provenientes de listas telefónicas (5 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento das receitas no segmento de clientes Residencial (16 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso das ofertas *double* e *triple play* do Meo.
- (ii) Tal como foi mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, o que explica o aumento significativo registado nesta rubrica no semestre findo em 30 de junho de 2012, face a igual período do ano anterior. A redução das receitas no trimestre findo em 30 de junho de 2012 (79 milhões de euros), em comparação com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (75 milhões de euros). Excluindo este efeito, a redução nas receitas no montante de 3 milhões de euros reflete a diminuição dos serviços (34 milhões de euros), parcialmente compensados pelo aumento das vendas e das outras receitas operacionais (30 milhões de euros). A

redução na prestação de serviços é explicada essencialmente por menores receitas de voz fixa o que mais do que compensou o aumento do negócio de banda larga e televisão por subscrição.

- (iii) O aumento do contributo das outras operações para as receitas consolidadas reflete o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (148 milhões de euros), consolidada proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, parcialmente compensado pela contribuição do negócio da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011 (134 milhões de euros), uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e foi integrado na Contax desde então, no seguimento da conclusão da troca do investimento detido pela Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, a contribuição das outras operações para as receitas consolidadas aumentou 36 milhões de euros, refletindo essencialmente: (1) um aumento na Contax no segundo trimestre de 2012 face a igual período do ano anterior, explicado pelo contributo do negócio Dedic/GPTI no segundo trimestre de 2012, parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, e (2) uma melhoria das receitas da Cabo Verde Telecom e da MTC, na Namíbia.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	euros			
	1S12	1S11	2T12	2T11
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:				
Telecomunicações em Portugal (i)	279.805.713	280.710.898	157.035.789	141.473.218
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	148.461.358	102.935.855	75.539.456	102.935.855
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações (iii)	14.769.955	(2.191.733)	11.388.124	(4.852.735)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	443.037.026	381.455.020	243.963.369	239.556.338
Ganhos e (custos) financeiros:				
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(235.957.866)	(81.255.643)	(128.335.603)	(98.573.103)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	95.589.309	122.499.467	49.344.969	42.318.904
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(47.149.654)	(69.472.891)	(11.910.899)	(27.565.889)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(88.649.129)	(96.179.584)	(67.071.100)	(48.211.456)
Resultado líquido	166.869.686	257.046.369	85.990.736	107.524.794

- (i) A redução ocorrida nesta rubrica no semestre findo em 30 de junho de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada pela diminuição das receitas de serviço líquidas (receitas de serviços menos custos diretos), a qual mais do que compensou os seguintes efeitos: (1) redução nos custos com fornecimentos e serviços externos explicada pela implementação de uma política de corte de custos nas operações em Portugal e pela redução das despesas de manutenção e reparação em resultado do desenvolvimento da rede de FTTH; (2) menores custos de depreciação e amortização, explicados essencialmente pela substituição de equipamentos 2G por equipamentos compatíveis com a tecnologia LTE (4G), no seguimento da qual a TMN tinha acelerado a amortização dos equipamentos 2G no primeiro semestre de 2011 até 30 de junho (Nota 12); (3) redução nos custos com o pessoal, em resultado da política de corte de custos, incluindo menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhoria do nível de eficiência em determinados processos internos, menores gastos com pessoal em resultado da execução do programa de redução de efetivos implementado no final de 2011; e (4) ganho registado na rubrica "Outros custos (ganhos), líquidos" relativo à compensação líquida a receber do Estado por custos suportados pela PT Comunicações em anos anteriores no âmbito das obrigações do serviço universal previstas no Contrato de Concessão (Nota 7).
- (ii) Tal como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, o que explica o aumento desta rubrica no semestre findo a 30 de junho de 2012 face ao mesmo período do ano anterior. A redução no segundo trimestre de 2012 face ao período homólogo do ano anterior reflecte essencialmente: (1) um aumento nos fornecimentos e serviços externos, devido essencialmente a uma maior capilaridade dos canais de distribuição; (2) custos com pessoal mais elevados em resultado do aumento no número de empregados e de uma reestruturação organizacional, incluindo novas estruturas comerciais regionais de modo a melhorar a performance operacional em cada região; e (3) o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (8 milhões de euros).
- (iii) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012, uma maior contribuição desta no segundo trimestre de 2012, face a igual período do ano anterior, e perdas registadas no negócio da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011.
- (iv) No semestre findo em 30 de junho de 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros registado no primeiro trimestre relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL, por um montante total de 155,5 milhões de euros (Nota 14.e). Ajustando por este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 85 milhões de euros e a 96 milhões de euros nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2012, respetivamente, refletindo principalmente a melhoria dos resultados da Unitel e da CTM.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 12):

	euros			
	1S12	1S11	2T12	2T11
Telecomunicações em Portugal	238.378.965	250.883.061	123.483.437	149.514.945
Telecomunicações no Brasil - Oi (i)	217.629.132	116.633.660	97.045.832	116.633.660
Outros negócios	66.113.827	50.467.675	42.695.935	29.630.329
	522.121.924	417.984.396	263.225.204	295.778.934

(i) Esta rubrica exclui os investimentos efetuados pela Oi no segundo trimestre de 2012 no âmbito da aquisição de licenças 4G pelo montante total de 400 milhões de Reais, equivalentes a 42 milhões de euros consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

A variação nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no semestre findo em 30 de junho de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente os seguintes efeitos:

- Uma redução nos investimentos realizados pelas operações em Portugal, os quais foram direcionados para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra, e 4G/LTE. Esta redução reflete essencialmente os fortes investimentos efetuados nos últimos anos, nomeadamente no primeiro semestre de 2011, com o desenvolvimento da rede FTTH e o reforço das redes 3G e 3,5G em termos de capacidade e cobertura, gerando atualmente uma diminuição dos investimentos em tecnologia, não obstante os investimentos no desenvolvimento da rede 4G/LTE. A Portugal Telecom tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a implementação em curso de FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G/LTE no mercado Português.
- Um aumento na contribuição da Oi para os investimentos consolidados em ativos tangíveis e intangíveis, a qual ascendeu a 218 milhões de euros no semestre findo em 30 de junho de 2012, face a 117 milhões de euros no semestre findo a 30 de junho de 2011. Este aumento de 101 milhões de euros é explicado essencialmente pelo efeito da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (121 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro no segundo trimestre de 2012 face ao mesmo período do ano anterior (12 milhões de euros). Ajustando por estes efeitos, a contribuição da Oi para os investimentos consolidados em ativos tangíveis e intangíveis teria diminuído apenas 8 milhões de euros; e
- Um aumento dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios (16 milhões de euros), explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (5 milhões de euros), por maiores investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na MTC (14 milhões de euros), sobretudo em resultado dos investimentos efetuados no cabo submarino africano e no desenvolvimento de rede 4G, na Cabo Verde Telecom (6 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011, negócio consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax desde então.

6. Benefícios de reforma

Em 30 de junho de 2012, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2011, ajustados apenas pelos custos com a redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 30 de junho de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma das operações em Portugal, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 473 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 357 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de

dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 760 milhões de euros em 30 de junho de 2012, que compara com 782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente e diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários, até estes atingirem a idade de reforma. Em 30 de junho de 2012, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 16 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma das operações em Portugal registadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascendiam a 892 milhões de euros, que comparam com 929 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma desta empresa, as quais ascendiam a 51 milhões de euros em 30 de junho de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	Operações em Portugal						Oi		Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados		Pensões	Cuidados de saúde			
			suspensos	Sub-total		Sub-total			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.625.872	118.572.052	782.498.256	928.696.180	61.354.018	394.495	61.748.513	990.444.693	
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(230.516)	2.135.651	12.871.635	14.776.770	2.583.077	20.031	2.603.108	17.379.878	
Custos com redução de efetivos	-	-	461.957	461.957	-	-	-	461.957	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	(934.625)	(18.270.516)	34.775.396	15.570.255	-	-	-	15.570.255	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.799.397)	4.978.247	(70.506.473)	(67.327.623)	(10.364.915)	(42)	(10.364.957)	(77.692.580)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(3.379.570)	(26.191)	(3.405.761)	(3.405.761)	
Saldo em 30 de junho de 2012	24.661.334	107.415.434	760.100.771	892.177.539	50.192.610	388.293	50.580.903	942.758.442	

	Operações em Portugal				Oi			Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados		Pensões	Cuidados de saúde		
			suspensos	Sub-total		Sub-total		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605	-	-	-	966.864.605
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52.489.144
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(357.642)	(885.465)	15.693.048	14.449.941	1.564.935	10.692	1.575.627	16.025.568
Custos com redução de efetivos	-	-	3.749.157	3.749.157	-	-	-	3.749.157
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	1.308.374	(532.338)	-	776.036	-	-	-	776.036
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(583.249)	2.525.744	(80.830.257)	(78.887.762)	(152.278)	(924)	(153.202)	(79.040.964)
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	1.070.513	8.331	1.078.844	1.078.844
Saldo em 30 de junho de 2011	26.140.115	17.875.517	862.936.345	906.951.977	54.566.220	424.193	54.990.413	961.942.390

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	30 jun 2012	31 dez 2011
Planos de pensões com uma posição deficitária	88.406.963	102.600.825
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	760.100.771	782.498.256
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	107.803.727	118.966.547
Planos com uma posição deficitária	956.311.461	1.004.065.628
Planos de pensões com uma posição excedentária	(13.553.019)	(13.620.935)
	942.758.442	990.444.693

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como segue:

	euros			
	1S12	1S11	2T12	2T11
Custos com benefícios de reforma				
Operações em Portugal				
Custo do serviço do período	1.761.185	1.763.800	880.592	881.900
Custo financeiro	23.734.680	26.500.485	11.867.340	13.249.980
Rendimento estimado dos fundos	(9.959.212)	(13.053.166)	(4.979.606)	(6.526.583)
Amortização de ganhos com serviços passados	(759.883)	(761.178)	(379.942)	(380.589)
	14.776.770	14.449.941	7.388.384	7.224.708
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	11.426.863	10.354.703	5.516.406	5.533.963
Sub-total	26.203.633	24.804.644	12.904.790	12.758.671
Oi				
Custo do serviço do período	1.269.425	257.311	607.788	257.311
Custo financeiro	72.271.466	23.534.713	34.620.108	23.534.713
Rendimento estimado dos fundos	(126.025.747)	(34.642.554)	(60.358.702)	(34.642.554)
Amortização de ganhos com serviços passados	(195)	(52.094)	(195)	(52.094)
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (ii)	55.088.159	12.478.251	26.247.973	12.478.251
Sub-total	2.603.108	1.575.627	1.116.972	1.575.627
Total de custos com benefícios de reforma	28.806.741	26.380.271	14.021.762	14.334.298
Custos com redução de efetivos				
Custo de curtailment	461.957	3.749.157	21.999	21.919
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	396.827	1.823.235	(15.193)	1.147.270
Total de custos de redução de efetivos	858.784	5.572.392	6.806	1.169.189

- (i) Esta rubrica corresponde a contribuições pagas pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (ii) A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros			
	1S12	1S11	2T12	2T11
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	(34.775.396)	36.259.333	-	36.259.333
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	19.205.141	(37.035.369)	7.194.513	(20.684.168)
	(15.570.255)	(776.036)	7.194.513	15.575.165

- (i) No semestre findo em 30 de junho de 2012, esta rubrica corresponde ao impacto estimado da adopção do Dec-Lei 85-A/2012, o qual suspendeu o regime de reforma antecipada durante o período de assistência financeira a Portugal, resultando num aumento dos salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma. No semestre findo em 30 de junho de 2011, os ganhos registados nesta rubrica correspondem à revisão do pressuposto atuarial da taxa de desconto, de 4,75% para 5,50% para responsabilidades com benefícios de cuidados de saúde e de 4,75% para 5,00% para responsabilidades com complementos de pensões.
- (ii) Os ganhos e perdas atuariais líquidos registadas nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 estão relacionados com a diferença entre a rentabilidade real e a estimada dos ativos dos planos de benefícios de reforma. Nos semestres findos a 30 de junho de 2012 e 2011, a rentabilidade real dos ativos dos planos foi de +8,5% e -5,5% respectivamente, face ao pressuposto atuarial de 3,0%.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 são como se segue:

	euros	
	1S12	1S11
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	70.506.473	80.830.257
Contribuições para os fundos de pensões (i)	11.464.915	152.278
Pagamentos (reembolsos) relacionados com cuidados de saúde (ii)	(4.978.205)	(2.524.820)
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	699.397	583.249
	77.692.580	79.040.964
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (iii)	14.254.272	9.731.240
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	396.827	1.823.235
	92.343.679	90.595.439

- (i) No semestre findo em 30 de junho de 2012, esta rubrica inclui contribuições para os planos de pensões das operações em Portugal e da Oi nos montantes de 1,1 milhões de euros e 10,4 milhões de euros, respectivamente.
- (ii) Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica está líquido de reembolsos relacionados com despesas pagas pela PT Comunicações por conta dos fundos nos montantes de 14 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente.
- (iii) Esta rubrica corresponde a contribuições pagas pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos (ganhos), líquidos

No semestre findo em 30 de junho de 2012 os outros ganhos líquidos ascenderam a 17 milhões de euros, o que compara com custos de 7 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Esta variação de 24 milhões de euros reflete essencialmente um ganho registado no segundo trimestre de 2012 relativo à compensação líquida a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com as obrigações do serviço universal no âmbito do Contrato de Concessão, conforme previsto na Proposta de Lei Nº 60/XII, efeito parcialmente compensado pelo reconhecimento de provisões e ajustamentos não recorrentes para determinados ativos, também registados em 2012.

8. Juros suportados, líquidos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	1S12	1S11	2T12	euros 2T11
Juros suportados				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	378.353.084	246.670.359	181.613.837	160.220.533
Outros	3.391.825	7.978.011	1.945.700	6.630.596
Juros obtidos				
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(143.935.156)	(169.184.657)	(54.393.419)	(65.629.656)
Outros	(1.851.887)	(4.208.070)	(830.515)	(2.648.370)
	235.957.866	81.255.643	128.335.603	98.573.103

O aumento dos juros suportados líquidos reflete principalmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 66 milhões de euros (Nota 2), cujos resultados foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011, (2) um ganho de 51 milhões de euros reconhecido no primeiro trimestre de 2011 relativamente aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi em 28 de março de 2011, e (3) uma maior contribuição da Oi no segundo trimestre de 2012 (27 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média no período em resultado dos dividendos pagos em maio de 2012 e dos montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, efeito que foi parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	1S12	1S11	2T12	euros 2T11
Comissões e outros serviços bancários	36.166.189	25.045.569	17.129.237	17.976.203
Perdas (ganhos) com derivados, líquidos	4.018.044	(457.766)	52.361	(321.126)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(6.770.531)	23.939.043	(10.205.941)	8.234.417
Outros	13.735.952	20.946.045	4.935.242	1.676.395
	47.149.654	69.472.891	11.910.899	27.565.889

A redução nos outros custos financeiros líquidos, os quais incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente menores perdas cambiais líquidas nas operações em Portugal, devido ao impacto de uma desvalorização significativa do Dólar face ao Euro no primeiro semestre de 2011 sobre os ativos denominados em dólares, em comparação com uma valorização ocorrida no primeiro semestre de 2012. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 15 milhões de euros (Nota 2), foi compensado pelos impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

10. Imposto sobre o rendimento

Na sequência da alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2011, aplicável para os anos de 2012 e 2013, a Empresa será tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 10 milhões de euros e de 5,0% aplicável sobre lucro tributável que exceda 10 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%, face a uma taxa de 29,0% que era aplicável durante o ano de 2011.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	1S12	1S11	2T12	2T11
	euros			
Resultado antes de impostos	255.518.815	353.225.953	153.061.836	155.736.250
Taxa nominal de imposto	31,5%	29,0%	31,5%	29,0%
	80.488.427	102.435.526	48.214.478	45.163.513
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(14.704.933)	(512.451)	(10.758.407)	(803.690)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(12.299.926)	(6.079.997)	(7.932.566)	(6.079.997)
Diferenças permanentes (ii)	26.953.949	6.040.461	30.020.763	13.015.346
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	18.657.062	(731.791)	17.970.075	2.211.160
Excesso de estimativa para impostos de exercícios anteriores	(10.445.450)	(4.972.164)	(10.443.243)	(5.294.876)
	88.649.129	96.179.584	67.071.100	48.211.456
Imposto sobre o rendimento				
Imposto corrente	116.211.018	121.046.692	62.028.231	78.940.682
Imposto diferido	(27.561.889)	(24.867.108)	5.042.869	(30.729.226)
	88.649.129	96.179.584	67.071.100	48.211.456

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a empresas do Grupo. A variação nesta rubrica reflecte essencialmente (1) o impacto de uma maior diferença entre as menores taxas de imposto aplicáveis a determinadas empresas do Grupo localizadas fora do território Português com lucros fiscais e a nova taxa máxima agregada aplicável em Portugal (31,5%), e (2) menores resultados dos negócios no Brasil, onde são aplicadas taxas de imposto superiores (34%) às praticadas em Portugal.

(ii) O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente por maiores juros obtidos e ganhos em empresas associadas não tributáveis em 2011, basicamente relacionados com o efeito financeiro sobre a conta a receber da Telefonica no âmbito da alienação da Vivo e com o ganho reconhecido com a alienação do investimento financeiro na UOL, respectivamente.

A redução no imposto sobre o rendimento consolidado de 96 milhões de euros no semestre findo em 30 de junho de 2011 para 89 milhões de euros no semestre findo em 30 de junho de 2012, reflete principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, o qual representa um ganho de imposto no montante de 13 milhões de euros (Nota 2), e o efeito que resulta da redução dos resultados antes de impostos nos negócios em Portugal.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, ascenderam a 1.253 milhões de euros em 30 de junho de 2012 e 1.248 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e refletem os seguintes efeitos ocorridos no primeiro semestre de 2012: (1) um aumento da Oi (38 milhões de euros) relativo essencialmente a prejuízos fiscais gerados no período; e (2) um aumento nos ativos por impostos diferidos relacionados com responsabilidades com benefícios de reforma das operações em Portugal em resultado do efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas registadas no semestre findo em 30 de junho de 2012, o qual ascendeu a um ganho de 4 milhões de euros e foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral; (3) parcialmente compensados por uma redução nos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis das operações em Portugal (30 milhões de euros), em resultado do lucro fiscal apurado no período.

A redução nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 1.052 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 978 milhões de euros em 30 de junho de 2012, é explicada essencialmente por uma diminuição na Oi, no montante de 74 milhões de euros. Esta redução diz respeito principalmente ao efeito fiscal sobre o reconhecimento em resultados dos ajustamentos para valor de mercado, relativos fundamentalmente a ativos intangíveis, que foram registados no âmbito de processos de alocação do preço de compra, incluindo a aquisição pela Portugal Telecom dos investimentos na Oi e na Contax, finalizada em março de 2011, e outras concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores no Grupo Oi.

11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram calculados como segue:

		1S12	1S11	2T12	2T11
					euros
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	125.232.825	212.045.047	68.768.568	82.316.060
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	14.873.633	14.693.569	7.464.634	7.535.378
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(3)	140.106.458	226.738.616	76.233.202	89.851.438
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	858.308.516	868.789.484	857.069.438	861.784.302
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		80.727.488	69.796.791	81.667.741	71.759.836
	(5)	939.036.004	938.586.275	938.737.179	933.544.138
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom					
Básico	(1)/(4)	0,15	0,24	0,08	0,10
Diluído	(3)/(5)	0,15	0,24	0,08	0,10

(i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.

(ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em junho de 2011 e maio de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no segundo trimestre de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.117.987.321 euros (Nota 14.k) relativamente às ações em circulação.

No Conselho de Administração da Portugal Telecom de 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o pagamento aos acionistas de um adiantamento sobre os lucros de 2011 equivalente a um dividendo de 21,5 cêntimos por ação, no montante total de 184.799.868 euros (Nota 14.k), o qual foi reconhecido na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes", tendo sido pago em 4 de janeiro de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, conforme mencionado anteriormente, e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante total de 371.937.439 euros (Nota 14.k) relativamente às ações em circulação.

Os montantes acima mencionados, correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, as quais incluem 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações que foram adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012.

12. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	30 jun 2012	31 dez 2011
Ativos tangíveis	6.004.156.200	6.228.622.568
Ativos intangíveis		
Licenças e outros direitos	3.788.107.798	4.024.985.120
Goodwill	1.428.671.632	1.503.189.189
Outros ativos intangíveis	82.629.786	101.624.608
	5.299.409.216	5.629.798.917
	11.303.565.416	11.858.421.485

As alterações ocorridas no valor contabilístico dos ativos tangíveis e intangíveis durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 são essencialmente explicadas por:

- Custos com amortizações e depreciações de 683 milhões de euros;
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante total de 522 milhões de euros (Nota 5);
- Aquisição de licenças 4G/LTE pela Oi em junho de 2012 por um montante de 42 milhões de euros (Nota 5); e
- Ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 439 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

Durante os semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis foram como segue:

	euros			
	1S12	1S11	2T12	2T11
Amortizações				
Ativos tangíveis	480.239.143	426.796.295	247.590.364	257.527.060
Ativos intangíveis	203.197.361	152.643.001	89.117.810	125.552.269
	683.436.504	579.439.296	336.708.174	383.079.329
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)				
Ativos tangíveis	479.904.948	371.098.569	240.552.376	265.768.542
Ativos intangíveis	42.216.976	46.885.827	22.672.828	30.010.392
	522.121.924	417.984.396	263.225.204	295.778.934

O aumento de 104 milhões de euros nos custos com amortizações no primeiro semestre de 2012, em comparação com o período homólogo do ano anterior, reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 161 milhões de euros (Nota 2), parcialmente compensado pelo impacto da contribuição da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011 (8 milhões de euros), uma vez que a Oi e a Contax foram consolidadas

proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011 e incluem a Dedic /GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, os custos com amortizações teriam diminuído em 49 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, em resultado de menores contribuições : (1) do segmento de telecomunicações em Portugal (16 milhões de euros), fundamentalmente devido à troca dos equipamentos 2G da TMN por equipamentos preparados para a tecnologia 4G/LTE, no seguimento da qual a Portugal Telecom acelerou a amortização dos equipamentos 2G no primeiro semestre de 2011 até 30 de junho de 2011; e (2) da Oi (39 milhões de euros), incluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (14 milhões de euros).

Em 30 de junho de 2012, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e de existências nos montantes de 90 milhões de euros e 64 milhões de euros, respetivamente.

13. Dívida

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 10.789.811.897 euros e 12.280.958.636 euros e tinha a seguinte composição:

	euros			
	30 jun 2012		31 dez 2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	728.094.679	-	723.363.242
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.033.832.499	4.559.509.013	1.562.012.437	5.307.954.540
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	378.325.146	2.855.494.329	563.455.908	2.808.877.947
Empréstimos internos	3.765.756	9.984.717	355.699	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	93.767.519	-	93.767.521	-
Papel comercial	535.000.000	-	554.000.000	-
Locação financeira	26.414.685	29.010.993	26.979.404	35.609.152
Instrumentos financeiros derivados	(2.068.370)	(38.879.743)	(2.206.840)	(4.185.879)
Outros financiamentos	474.922.128	102.638.546	493.194.176	117.781.329
	2.543.959.363	8.245.852.534	3.291.558.305	8.989.400.331

A diminuição da dívida bruta em 1.491 milhões de euros durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 está relacionada essencialmente com os seguintes efeitos:

- O reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005; e
- Uma redução de 94 milhões de euros na dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, de 3.882 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 3.787 milhões de euros em 30 de junho de 2012, refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (252 milhões de euros). Utilizando uma taxa de câmbio constante, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores teria aumentado (157 milhões de euros), refletindo essencialmente: (1) *senior notes* no montante de 1.500 milhões de Dólares Americanos emitidas pela Oi, S.A. em fevereiro de 2012, equivalentes a 2.589 milhões de Reais Brasileiros (322 milhões de euros consolidados proporcionalmente), as quais têm maturidade em fevereiro de 2022; (2) debentures no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela Oi, S.A. em março de 2012 (212 milhões de euros consolidados proporcionalmente), incluindo 400 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade de 5 anos e a vencer juros à taxa do CDI mais um *spread* de 0,94% e 1.600 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade média de 7,5 anos e a vencer juros à taxa do IPCA mais um *spread* de 6,20%; (3) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (159 milhões de euros consolidados proporcionalmente); e (4) o reembolso de debentures no montante de 720 milhões de reais emitidas pela Brasil Telecom em junho de 2006 (76 milhões de euros consolidados proporcionalmente); (5) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso definidos.

Com exceção do acima referido, durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2011 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável relevante em montante. Adicionalmente, os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Em junho de 2012, a Portugal Telecom concluiu a renegociação da sua maior *credit facility*, alargando a sua maturidade de março de 2014 para junho de 2016, tendo o montante da mesma sido alterado de 1.200 milhões de euros para 800 milhões de euros.

Em 27 de junho de 2012, a Portugal Telecom divulgou que o seu Conselho de Administração aprovou o lançamento de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), no mercado português, destinada ao público em geral, no âmbito do Euro Medium Term Note Programme ("EMTN") de 7.500.000.000 euros. O período de subscrição terminou em 20 de julho de 2012 e a sua liquidação ocorrerá em 26 de julho de 2012. O montante desta oferta ascendeu a 400 milhões de euros e foi integralmente subscrito. Estas obrigações têm uma maturidade de quatro anos e vencem juros a uma taxa fixa de 6,25% ao ano, pagos semestralmente.

Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito acrescidos das disponibilidades e do montante de 400 milhões de euros obtido através do empréstimo obrigacionista emitido em julho de 2012, conforme mencionado acima, totalizou um montante de 3.016 milhões de euros.

No seguimento da revisão do *rating* de crédito soberano de Portugal para BB, a Standard & Poors anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-3 para B. Em 13 de abril de 2012, a Moody's reviu o *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Ba1 para Ba2, com *outlook* negativo.

14. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Fluxos de caixa das atividades operacionais** - No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente os fluxos de caixa destas entidades controladas conjuntamente a partir de 1 de abril de 2011, o que explica os aumentos dos recebimentos de clientes, dos pagamentos a fornecedores e a empregados, e dos pagamentos de impostos indiretos.
- (b) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – Os pagamentos relacionados com impostos sobre o rendimento ascenderam a 76 milhões de euros e 78 milhões de euros nos semestres findos a 30 de junho de 2012 e 2011, refletindo essencialmente os seguintes efeitos: (1) impostos retidos na fonte pagos pela Bratel Brasil e pela PT Móveis no primeiro trimestre de 2011 (20 milhões de euros), em resultado dos juros obtidos com as aplicações financeiras realizadas com a alienação da Vivo; (2) menores pagamentos nas operações em Portugal, refletindo essencialmente um recebimento no primeiro trimestre de 2012 relativo a um benefício fiscal; e (3) uma maior contribuição da Oi e da Contax (30 milhões de euros) refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012.
- (c) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos", e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal. O aumento nesta rubrica de 390 milhões de euros reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (439 milhões de euros).

- (d) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 211.484.159 euros no semestre findo em 30 de junho de 2012, em comparação com pagamentos líquidos de 108.051.118 euros no semestre findo em 30 de junho de 2011.
- (e) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** - No semestre findo em 30 de junho de 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL (Nota 5).
- (f) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** - Os pagamentos respeitantes a juros suportados e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros obtidos e proveitos similares ascenderam a 289.700.812 euros e 170.030.921 euros nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 e com os juros recebidos durante o primeiro trimestre de 2011 sobre as aplicações financeiras constituídas com os fundos provenientes da alienação do investimento na Vivo.
- (g) **Recebimentos de dividendos** - Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	1S12	1S11
CTM	24.503.286	19.924.726
Unitel (i)	-	125.865.835
Outras	984.005	994.762
	25.487.291	146.785.323

(i) Esta rubrica corresponde a uma parcela dos dividendos de anos anteriores que foi liquidada durante o primeiro semestre de 2011.

- (h) **Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros** - Esta rubrica respeita essencialmente à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011 e à aquisição de 100% do grupo Allus Global BPO Center (*Business Process Outsourcing*) pela Contax concluída em abril de 2011. Durante os semestres findos a 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe desta rubrica é conforme segue:

	euros	
	1S12	1S11
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax		
Preço de aquisição	-	3.727.568.622
Caixa e equivalentes na data de aquisição	-	(1.503.868.462)
Aquisição dos investimentos na Allus		
Preço de aquisição	-	43.744.918
Caixa e equivalentes na data de aquisição	-	(1.891.216)
Outras	2.349.446	108.040
	2.349.446	2.265.661.902

No âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos pela transferência de fundos para o Brasil e *fees* legais relacionados com a conclusão da transação, os quais foram incluídos na rubrica "**Pagamentos relativos a outras atividades de investimento**".

- (i) **Pagamentos respeitantes à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis** - O aumento de 329 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012

(146 milhões de euros), um pagamento à Anacom no âmbito da licença 4G/LTE adquirida pela TMN em dezembro de 2011, e (3) um aumento dos pagamentos efetuados pelas operações em Portugal relativos à aquisição de ativos tangíveis.

(j) Empréstimos - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No semestre findo em 30 de junho de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 1.346.480.622 euros e, conforme explicado na Nota 13, refletem essencialmente (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005, (2) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (159 milhões de euros consolidados proporcionalmente), e (3) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por *senior notes* (1.500 milhões de dólares) e debentures (2.000 milhões de Reais Brasileiros) emitidos pela Oi, S.A. no montante total de 534 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de caixa da Portugal Telecom.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.374.732.815 euros e respeitam essencialmente: (1) ao *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido em janeiro de 2011; (2) ao aumento do montante em dívida no âmbito dos programas de papel comercial (456 milhões de euros); e (3) ao montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito da nova *credit facility* que tinha sido assegurada em março de 2011. Estes efeitos foram parcialmente compensados por determinados reembolsos de dívida realizados pela Oi durante o semestre findo a 30 de junho de 2011.

(k) Dividendos pagos – Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os dividendos pagos são como se segue:

	euros	
	1S12	1S11
Portugal Telecom (Nota 11) (i)	556.737.307	1.117.987.321
Oi e Contax (ii)	33.804.044	28.856.119
MTC	11.027.569	-
Cabo Verde Telecom	3.460.257	14.087.667
Timor Telecom	4.320.123	1.898.775
Outras	691.681	1.512.948
	610.040.981	1.164.342.830

(i) No semestre findo em 30 de junho de 2012, esta rubrica inclui (1) a antecipação de lucros pagos pela Portugal Telecom aos seus acionistas em 4 de janeiro de 2012, no montante de 184.799.868 euros (Nota 11), correspondentes a 21,5 cêntimos por ação, e (2) os dividendos pagos em 25 de maio de 2012, no montante de 371.937.439 (Nota 11), correspondentes a um dividendo de 43,5 cêntimos por ação.

(ii) Os dividendos pagos pela Oi e Contax incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente à diferença entre a consolidação proporcional dos dividendos pagos por estas entidades e a consolidação dos montantes recebidos pelos seus acionistas controladores, nomeadamente a Telemar Participações, AG Telecom Participações, LF-Tel, Bratel Brasil e PT Brasil.

(l) Aquisição de ações próprias – Esta rubrica corresponde aos montantes totais pagos pela Oi durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 e o trimestre findo em 30 de junho de 2011 pela aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Oi adquiriu um total de 25,1 milhões de ações da Portugal Telecom por um montante total de 100 milhões de euros, dos quais 23.198.433 euros foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom como aquisição de ações próprias. Em resultado da aquisição destas 25,1 milhões de ações, a Oi detém atualmente 10,0% das ações emitidas da Portugal Telecom, conforme previsto na parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.

(m) **Pagamentos resultantes de outras atividades de financiamento** - Esta rubrica inclui essencialmente (1) pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi (14 milhões de euros em ambos os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011), (2) pagamentos a acionistas não controladores da Africatel relativos a reduções de capital realizadas por esta empresa (13 milhões de euros e 6 milhões de euros nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, respetivamente), e (3) um montante total de 293 milhões de euros pago pela Oi em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, incluindo 2.000 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos em relação ao exercício dos direitos de recesso e 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos aos anteriores acionistas da Brasil Telecom relativamente à bonificação de ações resgatáveis.

15. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e as transações ocorridas durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 jun 2012	31 dez 2011	30 jun 2012	31 dez 2011	30 jun 2012	31 dez 2011
Oi	3.175.127	2.091.400	-	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	144.503.708	134.700.312	12.810.269	7.782.994	-	-
Multitel	6.873.665	6.572.238	224.270	56.493	981.561	899.967
CTM	130.188	267.296	18.761	126.389	-	-
Other	960.989	927.814	-	26.760	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	3.768.210	4.117.229	10.682.798	11.012.396	-	-
PT-ACS	2.856.062	4.606.221	2.015.455	2.217.668	-	-
Fundação PT	766.935	263.520	-	21	-	-
Sportinveste Multimédia	76.795	63.327	309.834	535.574	32.618.668	32.618.668
Siresp	348.883	8.412	-	-	4.494.532	4.423.980
Outras	335.902	149.741	1.045.286	521.316	2.517.483	3.333.674
	163.796.464	153.767.510	27.106.673	22.279.611	40.612.244	41.276.289

(i) As contas a receber da Unitel em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011 respeitam essencialmente a dividendos atribuídos.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11
Oi (i)	1.443.866	705.275	56.361.472	23.473.522	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	3.381.471	6.397.123	6.888.063	6.562.021	-	-
Multitel	233.687	55.195	1.643.670	659.106	-	-
CTM	23.495	47.139	129.658	107.355	-	-
Other	-	156.294	51.601	120.888	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	14.848.518	19.501.799	1.176.660	1.169.692	304	-
PT-ACS	4.725.753	2.763.821	1.109.187	1.398.514	-	-
Sportinveste Multimédia	420.755	379.113	89.774	205.097	30.349	40.889
Siresp	28.621	205	7.105.743	7.766.218	69.508	62.131
Outras	360.537	264.832	2.057.473	1.751.860	4.171	-
	25.466.703	30.270.796	76.613.301	43.214.273	104.332	103.020

- (i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação. O aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012.
- (ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio do negócio das listas telefónicas.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da atividade, incluindo depósitos bancários e investimentos de curto prazo efetuados pela Empresa nessas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no primeiro semestre de 2012 e os saldos em 30 de junho de 2012 com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

euros				
Empresa	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	19.615.650	5.805.240	3.342.918	424.006
BES	54.485.021	15.258.925	2.837.968	-
Visabeira	4.280.773	52.661.262	11.505.866	3.877.996
Controlinveste	1.314.567	26.909.988	648.911	8.233.046
Ongoing	521.749	2.046.510	420.726	624.787
Barclays	342.952	5.894.867	207.813	-
	80.560.712	108.576.792	18.964.202	13.159.835

- (i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 30 de

junho de 2012, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 47 milhões de euros, 104 milhões de euros e 61 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 2,84 milhões de euros e 2,52 milhões de euros, respetivamente, um aumento explicado essencialmente pela alteração na composição da Comissão Executiva de 5 para 7 membros em abril de 2011.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual ("RVA") relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo ("RVMP"), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. No semestre findo em 30 de junho de 2011, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga aos cinco administradores executivos ascendeu a 2,34 milhões de euros. Anualmente, a Portugal Telecom especializa o custo correspondente aos encargos relativos a estas remunerações variáveis.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido no semestre findo em 30 de junho de 2012 uma compensação fixa total no montante de 0,94 milhões de Reais Brasileiros (0,39 milhões de euros), a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 30 de junho de 2012, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 2,7 milhões de euros em ambos os períodos. As remunerações variáveis pagas aos dirigentes da Empresa no semestre findo em 30 de junho de 2011 ascenderam a 3,6 milhões de euros.

16. Eventos subsequentes

Em 27 de junho de 2012, a Portugal Telecom divulgou que o seu Conselho de Administração aprovou o lançamento no mercado português, destinada ao público em geral, de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), no âmbito do Euro Medium Term Note Programme ("EMTN") de 7.500.000.000 euros. O período de subscrição terminou em 20 de julho de 2012 e a sua liquidação ocorrerá em 26 de julho de 2012. O montante desta oferta ascendeu a 400 milhões de euros e foi integralmente subscrito. Estas obrigações têm uma maturidade de quatro anos e vencem juros a uma taxa fixa de 6,25% ao ano, pagos semestralmente.

Relatório de auditoria

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2012 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) incluída no Relatório de Gestão, na demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um activo total de 19.944.059.998 Euros e um capital próprio de 2.972.706.278 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 125.232.825 Euros), nas demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

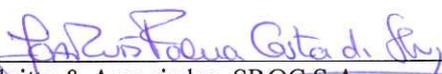
5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2012, referida no parágrafo 1 acima, da Portugal Telecom, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Agosto de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

Glossário

ADR	American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.
ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.
Curtailment costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
CCPU	Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.
CDMA	Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.
CRM	Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.
Custos de curtailment	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas

Glossário

que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

Euronext ou Euronext Lisbon	Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Rede de fibra óptica.
Gearing	Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.
NGAN	Next generation access network. Redes de acesso de nova geração.
NYSE	New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.
Oferta triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.

Glossário

PRB	Post Retirement Benefits Costs.Custos com Benefícios de Reforma
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.
Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clientes. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Porcentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.

3G 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração	Presidente Executivo	Administradores não executivos
Henrique Granadeiro	Zeinal Bava	Otávio Marques de Azevedo
	Administradores executivos	José Guilherme Xavier de Basto
	Luís Pacheco de Melo	João Manuel de Mello Franco
	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista	Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
	Carlos Alves Duarte	Mário João de Matos Gomes
	Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão	Pedro Jereissati
	Manuel Rosa da Silva	Gerald Stephen McGowan
	Shakhaf Wine	Rafael Luís Mora Funes
		Maria Helena Nazaré
		João Nuno de Oliveira Jorge Palma
		Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
		José Pedro Cabral dos Santos
		Francisco Teixeira Pereira Soares
		Paulo José Lopes Varela
		Milton Almicar Silva Vargas
		Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

Indicadores-chave

Destaques financeiros consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1S12	1S11	Δ11/12
Receitas operacionais	3.344,7	2.668,8	25,3%
Custos operacionais ⁽²⁾	2.203,6	1.669,0	32,0%
EBITDA ⁽³⁾	1.141,1	999,8	14,1%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	428,8	394,0	8,8%
Resultado líquido	125,2	212,0	(40,9%)
Capex	522,1	418,0	24,9%
Capex em % das receitas operacionais (%)	15,6	15,7	(0,1pp)
EBITDA menos Capex	618,9	581,8	6,4%
Cash flow operacional	286,8	524,8	(45,4%)
Free cash flow ⁽⁵⁾	(358,7)	316,8	n.s.
Dívida líquida ajustada ⁽⁶⁾	7.645,6	6.648,8	15,0%
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax ⁽⁶⁾	4.700,2	4.269,0	10,1%
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	657,1	667,1	(1,5%)
Margem EBITDA (%) ⁽⁷⁾	34,1	37,5	(3,3pp)
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) ⁽⁶⁾	3,3	2,6	0,7x
Resultado líquido por ação	0,15	0,24	(40,2%)
Resultado líquido por ação diluído ⁽⁸⁾	0,15	0,24	(39,6%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados e cash flows desses investimentos a partir de 1 abril de 2011. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) Esta rubrica exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11). (6) A dívida líquida encontra-se ajustada pelo efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de euros relacionados com a contribuição de 2011, registados como prejuízo fiscal reportável. No 2T11 e no 1S11, a dívida líquida foi ajustada pelo montante a receber da Telefónica, no valor de 2 mil milhões de euros, pagos em outubro de 2011. (7) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (8) O resultado líquido por ação diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos as obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

Indicadores-chave

Dados operacionais • Portugal			
	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	4.940	4.632	6,7%
PSTN/RDIS	2.615	2.672	(2,2%)
Clientes de banda larga	1.169	1.040	12,3%
Clientes de TV	1.157	919	25,8%
Clientes móveis ('000)	7.380	7.334	0,6%
Póspagos	2.456	2.318	6,0%
Prépagos	4.924	5.016	(1,8%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	145	105	37,7%
PSTN/RDIS	(33)	(23)	(43,0%)
Clientes de banda larga	63	39	62,6%
Clientes de TV	115	89	28,2%
Clientes móveis ('000)	(63)	(85)	25,7%
Póspagos	79	28	186,0%
Prépagos	(142)	(113)	(25,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	31,6	27,3	4,2pp

Dados operacionais • Segmento Residencial			
	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.714	3.378	9,9%
PSTN/RDIS	1.672	1.671	0,1%
Clientes de banda larga	966	849	13,7%
Clientes de TV	1.076	858	25,5%
Clientes únicos	1.863	1.853	0,6%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	157	121	29,3%
PSTN/RDIS	(2)	(2)	2,4%
Clientes de banda larga	55	40	36,3%
Clientes de TV	104	83	25,1%
ARPU (euros)	31,6	30,6	3,2%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	62,9	57,5	5,4pp

Indicadores-chave

Dados operacionais • Segmento Pessoal

	1S12	1S11	Δ11/12
Clientes móveis ('000)	5.797	5.860	(1,1%)
Póspagos	1.073	1.040	3,1%
Prépagos	4.724	4.820	(2,0%)
Adições líquidas ('000)	(135)	(103)	(30,9%)
Póspagos	9	19	(50,9%)
Prépagos	(144)	(122)	(18,2%)
MOU (minutos)	92	87	6,5%
ARPU (euros)	8,7	9,6	(8,9%)
Cliente	8,0	8,6	(7,2%)
Interligação	0,8	1,0	(22,9%)
SARC (euros)	28,5	26,9	6,0%
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,9	31,1	1,8pp

Dados operacionais • Segmento Empresas

	1S12	1S11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.033	1.102	(6,2%)
PSTN/RDIS	754	853	(11,6%)
Clientes de banda larga	201	189	6,4%
Clientes de TV	79	60	31,1%
RGU de retalho por acesso	1,37	1,29	6,1%
Clientes móveis ('000)	1.521	1.407	8,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(54)	(15)	(262,2%)
PSTN/RDIS	(73)	(20)	(270,6%)
Clientes de banda larga	8	(2)	n.s.
Clientes de TV	11	6	69,1%
Clientes móveis ('000)	75	18	n.s.
ARPU (euros)	24,4	26,6	(8,5%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	48,0	46,0	2,0pp

Informação adicional aos acionistas

Negociação das ações e ADRs

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma ação ordinária. Em 30 de junho de 2012, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 ações. Na mesma data, o número de ADRs registado ascendia a 30.141.908, representando 3,4% do total do capital social da PT.

Em 30 de junho de 2012, a demonstração da posição financeira da PT refletia 41.483.905 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps na PT SGPS, SA, e (2) 20.843.905 ações próprias detidas através da participação de 23,25% nas 89.651.205 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 30 de junho de 2012, o número total de ações em circulação da PT era 855.028.595.

Informação Bolsista	1S12	1S11
Em 30 de junho		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de ações	896.512.500	896.512.500
Número de ações em circulação	855.028.595	859.990.247
Cotação (euros)	3,455	6,837
Capitalização bolsista (milhões de euros)	3.097	6.129
Cotações / transações		
Cotação máxima (euros)	4,550	8,234
Cotação mínima (euros)	3,054	6,644
Transacções em volume (milhões de ações)	452	401
Transacções em valor (milhões de euros)	1.724	3.253
Variação anual		
Portugal Telecom	(22,4%)	(13,0%)
PSI-20	(14,5%)	(3,5%)
DJ Stoxx Telecom Europe	(4,5%)	(3,2%)

Informação adicional aos acionistas

Contactos

Relação com investidores

Nuno Vieira
Diretor de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069 - 300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

The Bank of New York
ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel: +1 212 815 2367
Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADRs podem também solicitar diretamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 2000